

Pierre Clavier (Agrônomos e Veterinários Sem Fronteiras)

## **Reforma agrária e agricultura familiar : além do o acesso à terra, um acompanhamento necessário**

**Experiências e aprendizagens do projeto Bagé, Brasil**

Março 2006

► *Sob a pressão do Movimento dos Sem Terra, os poderes públicos brasileiros redistribuem progressivamente a terra a famílias de agricultores. O êxito da Reforma Agrária passa por sua transformação em um verdadeiro processo social, econômico e territorial. A partir da experiência de Agrônomos e Veterinários Sem Fronteiras, este texto propõe elementos para reflexão sobre as formas de intervenção de uma ONG no que concerne o acompanhamento dos pequenos agricultores, a construção de cadeias produtivas mas também em termos de colaboração com um movimento social muito poderoso.*

# Reforma agrária e agricultura familiar: além do o acesso à terra, um acompanhamento necessário

Experiências e aprendizagens do projeto Bagé, Brasil

Por Pierre Clavier (Agrônomos e Veterinários Sem Fronteiras)<sup>1</sup>

**P**ela superfície, o Brasil é o quinto maior país do planeta. Contudo, mais de quatro milhões e meio de famílias brasileiras imploram por uma terra. O Brasil é, de fato, um dos países do mundo cuja repartição fundiária é a mais desigual: 1% dos proprietários, ou seja, cinqüenta mil pessoas detêm 45% da superfície agrícola, enquanto 50% dos pequenos proprietários, dispõem apenas de 2,5% da superfície, empregando os dois terços da população rural. Todavia, a Constituição brasileira de 1988 afirma que o direito à terra é um dos princípios do Estado federal.

O Estado do Rio Grande do Sul, situado no extremo sul do país, foi palco de diversos períodos de instalação de famílias sem terra desde 1978. Aproximadamente mil e novecentas famílias, originárias de diversas regiões do Estado, ali foram progressivamente reinstaladas pelos poderes públicos, sob a pressão do Movimento dos Sem Terra (MST), em perímetros de reforma agrária que cobrem aproximadamente 50.000 hectares distribuídos em várias prefeituras. Estes pequenos agricultores brasileiros reinstalados tiveram de adaptar sua práticas agrícolas a um meio diferente daquele de suas regiões de origem. Eles tiveram que suportar o clima difícil da região e organizar um espaço que não estava estruturado para receber tantos pequenos agricultores.

É neste contexto que uma ONG francesa de apoio ao desenvolvimento agrário e rural, o CICDA<sup>2</sup> (Centro Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Este texto foi beneficiado de releituras, contribuições escritas e comentários em versões sucessivas de Anne-Sophie Saywell, Jean-Jacques Boutrou, Myriam Mackiewicz-Houngue e Emmanuel Bayle. Nós agradecemos igualmente os comentários de Xavier Barat e Xavier Peyrache.

Agrícola), fez contato com o MST em 1986, para definir conjuntamente um programa de apoio à viabilização das áreas de reforma agrária na região da Campanha, ao sul do Estado do Rio Grande do Sul.



Estado do Rio Grande do Sul



Região da Campanha

O apoio à reforma agrária, desafio partilhado por todos os seus atores, está na sua transformação em um real processo social, econômico e territorial de consolidação de uma agricultura familiar. Quais ensinamentos retirar destes quinze anos de experiência numa área de reforma agrária em crescimento constante e que hoje está no centro de todas as atenções por parte do governo federal? Para Agrônomos e Veterinários Sem Fronteiras, a análise das condições e os limites do êxito da reforma agrária desenvolvida na região de Bagé, necessita de uma reflexão sobre nossas modalidades de intervenção em matéria de acompanhamento dos pequenos agricultores, de construção e viabilização das cadeias produtivas e em termos de colaboração com um movimento social muito poderoso.

---

<sup>2</sup> O CICDA teve uma fusão com Veterinários Sem Fronteiras em julho de 2004. Estas duas ONGs formam hoje a entidade chamada Agrônomos e Veterinários Sem Fronteiras (AVSF). Ainda que o projeto analisado neste texto tenha sido desenvolvido pelo CICDA e seu parceiro brasileiro, o CETAP, nós consideramos como equipe do projeto Bagé, o consórcio CETAP/AVSF.

## AS CONDIÇÕES DA IMPLANTAÇÃO DOS PERÍMETROS E SUA EVOLUÇÃO AO LONGO DO TEMPO

---

### Desigualdades históricas do acesso à terra

- ***Das primícias da luta pela terra no Brasil...***

Em conseqüência da colonização portuguesa no Brasil, o território pertencia ao rei de Portugal, que a partir de 1536, confiou a administração de quatorze capitanias hereditárias (grandes faixas de terra orientadas de leste para oeste) a nobres da corte.

Em cada capitania um sistema de doação de terra em sesmarias foi instituído e permitiu o desenvolvimento dos primeiros latifúndios, baseados na monocultura e na mão-de-obra escrava. O regime de sesmarias foi abolido em 1822 com a independência do Brasil.

Somente em 1825 que Portugal reconheceu a independência do Brasil. Os elos entre a coroa portuguesa e sua antiga colônia não foram totalmente cortados porque foi o filho do rei de Portugal que se proclamou imperador do Brasil. Ele mesmo organizou e autorizou programas de colonização das regiões sul e sudeste do país por agricultores imigrantes europeus (“mennonitas” especialmente).

De 1850 a 1940 diversos movimentos de luta pela terra surgiram no Brasil, geralmente guiados por uma liderança “messiânica”. O período de 1940-55 foi marcado por violentos conflitos fundiários localizados. Movimentos camponeses organizados sistematizaram, em seguida, a luta pela terra. Entre estes movimentos, notava-se, especialmente, a União dos Agricultores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ligado ao partido comunista), as Ligas Camponesas no Nordeste e o Movimento dos agricultores sem terra, ligado à Comissão Pastoral da Terra.

Em 1964, quando o presidente João Goulart começou a falar de desapropriação para fins de reforma agrária, ele foi imediatamente deposto por uma ditadura militar. A reforma agrária, ainda que citada na Constituição, restou uma palavra morta. Ela foi substituída por uma política de colonização dos grandes espaços ainda não ocupados (Paraná, Mato Grosso e depois, Amazônia) e pela construção da Transamazônica. Os movimentos camponeses organizados a partir de 1975 pela Pastoral da Terra (ligada à igreja católica), só retomaram esta reivindicação no fim da ditadura militar, a partir de 1984.

#### **O Movimento dos Sem Terra**

O movimento dos trabalhadores rurais sem terra nasceu no contexto do processo de abertura democrática do Brasil. As conseqüências ligadas à modernização da agricultura camponesa (desemprego, empobrecimento, êxodo rural) e a concentração de terras cada vez maior, levaram a uma contestação social tenaz. A Igreja (em especial a Comissão Pastoral da Terra) se aliou às ligas camponesas comunistas que deram origem ao MST, constituído oficialmente em 1984.

O objetivo do Movimento é de promover a reforma agrária, dar terra aos que não têm e favorecer uma agricultura de dimensão humana. Ele representa hoje, no conjunto do Brasil, os interesses dos *assentados* e de cento e quarenta mil famílias que esperam a reinstalação.

A região sul do Brasil representa para o MST sua principal área de intervenção, um dos primeiros territórios onde se perpetua o latifúndio improdutivo. A implantação das primeiras áreas de reforma agrária se dá ao mesmo tempo que o crescimento da influência do MST, é desta forma que, ao final dos anos 80, o MST passa a desencadear operações de reforma agrária no Estado do Rio Grande do Sul: luta do acampamento da Encruzilhada Natalino (mil dias de enfrentamento com os militares, autoridades locais e federais), ocupação da fazenda Anoni.

- **...a uma reforma agrária tardia e incompleta**

O Brasil é, sem dúvida nenhuma, um dos países do mundo cuja distribuição de terra é a mais desigual. A reforma agrária, tal qual foi pensada na Constituição brasileira, prevê que **toda terra agrícola deve preencher uma função social**, o que torna possível a desapropriação de certas áreas classificadas como latifúndio. É após o fim da ditadura que ela começou a ser efetiva, principalmente sob a pressão dos movimentos camponeses organizados.

A iniciativa de reinstalação é compartilhada pelo Estado Federal brasileiro e as unidades da federação. Sua implantação está sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária (Incra) e ligado, desde 2000, ao ministério do Desenvolvimento Agrário. A atribuição de um lote<sup>3</sup> a uma família supõe previamente uma listagem de terras não produtivas, as que não preenchem nenhum “papel social”. Considera-se que não se pode desapropriar uma fazenda, se pelo menos, 80% da superfície agrícola utilizada tiver uma produção superior ou igual à média da região. Se não for o caso, um processo judiciário de desapropriação – que pode durar anos – pode ser aberto. No fim deste processo, a propriedade é dividida em módulos de 25 a 80 hectares (conforme os Estados e as características agrônômicas da terra) e distribuídas a famílias previamente cadastradas, que terão um direito de uso da terra. Este direito de uso leva, a princípio, ao fim de vinte anos, à regulamentação titular da terra.

Para apoiar as famílias reinstaladas (assentadas) a se estabelecer, o governo federal põe à disposição de cada família diversos tipos de crédito: habitação, instalação, (*fomento* para as sementes, as pequenas ferramentas e os animais), e também de créditos anuais de campanha e de investimento. As unidades da federação podem assim desbloquear programas de crédito destinados às famílias assentadas. Todos estes créditos têm taxas de juros subvencionadas (até 4% ao ano) e de abatimentos nos reembolsos (até 45%).

Em termos de resultados:

- em nível nacional: quinhentas mil famílias já foram assentadas pelos diferentes governos em projetos de assentamentos e de colonização. Mas

---

<sup>3</sup> O termo “lote” aqui se define como um terreno concedido pelo Estado a uma família para seu cultivo.

aproximadamente cento e quarenta mil famílias sem terra ainda estão esperando nos acampamentos organizados por diferentes movimentos.

- no Estado do Rio Grande do Sul: aproximadamente onze mil famílias foram reinstaladas, ainda faltam três mil famílias, na espera de uma atribuição de terra.

### **A região de Bagé: entre explorações latifundiárias e pequena agricultura familiar**

A região da Campanha, ao sul do Estado do Rio Grande do Sul, cuja cidade mais importante é Bagé (120.000 habitantes), é considerada como a porta de entrada dos pampas. Ela se estende sobre, aproximadamente, 180.000 km<sup>2</sup> e se caracteriza por um relevo pouco acentuado, com solos muito argilosos, sensíveis à erosão, um clima continental marcado por faltas crônicas de água e ventos permanentes. Estas características têm, como consequência, a presença de uma vegetação natural de porte baixo, dominada por pastos naturais de gramíneas e uma vegetação lenhosa arbustiva. As formações de arvoredos se concentram nas várzeas, ou então, nas margens de raros rios permanentes.

- ***Uma organização sócio-econômica profundamente marcada pela história***

Ao final do conflito com a Espanha no fim do século dezanove, Portugal distribuiu esta parte do país a militares brasileiros, para constituir uma área fronteiriça com o Uruguai. Os títulos de propriedade emitidos pelo governo colonial, as *sesmarias*, que na região correspondem a superfícies de, em média, 13.000 hectares, deram origem à constituição dos grandes latifúndios desta região. Estas vastas propriedades favoreceram à pecuária extensiva de bovinos e ovinos, relativamente adaptados a este eco-sistema. Elas se mantiveram durante dois séculos, marcando assim, profundamente, e até hoje, a organização social e política da região tanto na zona rural quanto na zona urbana.

Na região as figuras do *coronel* (chefe militar) e do *fazendeiro*, dono da terra e de homens, comandante político e detentor do poder econômico da região foram perpetuadas e marcaram profundamente as relações de dominação e de submissão.

- ***O nascimento da agricultura familiar no coração do latifúndio***

Após as duas guerras mundiais, zonas de agricultura familiar continuaram se estruturando no meio das grandes explorações latifundiárias. Foram, na sua maioria, constituídas por migrantes de origem europeia (mennonitas).

Estas famílias se instalaram na região para desenvolver uma forma de agricultura que lhes era familiar, o cultivo do trigo. Devido ao fato da crise de produção de trigo<sup>4</sup> nos anos sessenta, elas converteram seus lotes para a produção leiteira. Para coletar e transformar sua produção leiteira, elas implantaram a própria cooperativa delas, a CAMAL.

---

<sup>4</sup> Crise ligada à conjugação do surgimento de doenças (devidas à monocultura) e da baixa do preço do trigo no mercado mundial.

Paralelamente ao surgimento da pecuária leiteira, o cultivo de arroz irrigado nas várzeas se desenvolveu através de empreiteiros sem terra, que as alugaram dos grandes proprietários. Entretanto, todas estas famílias, assim como todas as organizações delas, jamais questionaram o controle social e político das grandes famílias latifundiárias, que, por sua parte, toleraram esta forma de desenvolvimento autônomo e diferenciado. De fato, estas explorações familiares possibilitaram, em determinadas épocas, a retomada da atividade econômica da região, possibilitando até que certas famílias de *fazendeiros* viabilizassem suas explorações através de uma reciclagem na pecuária bovina leiteira, ou valorizando as áreas de várzea.

### **Os diferentes períodos de implantação das áreas de reforma agrária em Bagé**

O número de famílias assentadas e suas origens sócio-culturais, a instalação de infra-estruturas de base e de serviços (crédito, assistência técnica, saúde, educação, abastecimento alimentar e insumos agrícolas), os sistemas de produção, a integração nas fileiras de comercialização existentes e, finalmente, a integração social, econômica e cultural das famílias são os vários elementos determinantes na compreensão da instalação da reforma agrária no Estado do Rio Grande do Sul.

A reforma agrária na região de Bagé pode ser resumida em quatro fases principais, cada uma com suas próprias características.

- **1979-1988: uma rápida integração na agricultura familiar já existente**

Em 1979, uma centena de famílias de *posseiros* (pequenos agricultores sem escrituras) do norte do Estado foi expulsa pelo governo, de uma reserva indígena que explorava, e foi mandada para aquela região. Estas famílias se instalaram próximo dos colonos alemães, em lotes de 25 hectares, através de um plano de assentamento realizado pela cooperativa leiteira, a CAMAL, que considerou isso como extensão da sua própria atividade. Esta cooperativa prestou assistência técnica às famílias assentadas, acompanhou a utilização dos créditos e coletou o leite antes de transformá-lo e comercializá-lo com o resto da sua produção em todo o Estado. O contexto de hiperinflação dos anos 80 possibilitou que estas famílias comprassem facilmente a posse de suas terras.

- **1989-1995: uma fase de novas implantações e o nascimento de uma organização regional para o acompanhamento das famílias assentadas**

Este segundo momento foi marcado por uma política de assentamento massiva dos sem terra, no intuito de diminuir a pressão dos movimentos sociais que haviam saído da clandestinidade recentemente.

Entre 1989 e 1992, quatrocentas e quarenta famílias de pequenos agricultores oriundos dos acampamentos do MST situados no norte do Estado do Rio Grande do Sul, foram instaladas em quinze assentamentos. A maior parte destas famílias, de origem européia, trabalhava como empregados agrícolas em grandes plantações de milho e soja.

Esta origem rural não foi um fator que favoreceu, particularmente, a instalação destas famílias, já que os circuitos de comercialização e a assistência técnica eram ainda muito limitados. As condições de vida da maior parte das famílias eram extremamente precárias. Ficaram abrigadas sob barracas de lona, o acesso à água dependia da existência e da proximidade de mananciais. Somente a partir de 1995, ou seja, três anos após a chegada deles na região; a totalidade das 440 famílias assentadas teve acesso à energia elétrica e à água potável, o que se tornou possível graças a instalação de poços artesianos.

A maior parte destes assentamentos foi realizada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, o resto pelo órgão federal encarregado da reforma agrária (INCRA). A divisão das terras foi efetuada conforme o método dos quadrados de asno<sup>5</sup>, não levando então em conta as características agronômicas da terra: cada família recebeu 25 hectares. O MST nesta época, encorajava a socialização do processo produtivo, através de seus “laboratórios organizacionais da terra”.

Em um contexto de acesso limitado ao crédito oficial, as famílias financiaram uma parte de seus investimentos produtivos com a ajuda de seus próximos, por micro-projetos de ONG, ou ainda, com a venda de sua produção. Na ausência de orientação técnica, a natureza, a configuração do solo e, sobretudo, sua “cultura agrícola” de origem, lhes motivou durante os primeiros anos a cultivar somente o milho e o sorgo. Assim, entre sete e doze hectares de seus lotes - em que a terra estava relativamente descansada – eram dedicados principalmente a estes dois cultivos.

Mas após quatro ou cinco anos de cultivo, a produção de milho decresceu de maneira drástica devido ao empobrecimento do solo (ausência de rotação, de criação e fraca diversificação) e das repetidas secas. As famílias foram, aos poucos, se voltando para outros tipos de produção. O projeto mantido pelo CETAP e AVSF tinha como objetivo acompanhar estes agricultores assentados a buscar e aplicar sistemas de produção adaptados, ao mesmo tempo, às condições locais, aos seus conhecimentos e às condições econômicas. A equipe identificou diversos sistemas técnico-econômicos viáveis. Os pequenos agricultores assentados e a cooperativa deles deram prioridade ao sistema misto policultura (cultivos de forragem) e pecuária leiteira.

- **1996-1999: famílias rapidamente integradas à rota do leite e recebendo créditos**

Entre 1996 e 1999, trezentas e oito famílias foram instaladas pelo governo federal em um bloco composto de três assentamentos. A origem das famílias era diversificada, nem todas vinham diretamente do meio rural, 30% delas já haviam passado pela vida urbana.

---

<sup>5</sup> Método que consiste em dividir um assentamento num mapa em lotes quadrados.

Diferentemente dos períodos de instalação precedentes, os assentamentos foram divididos racionalmente<sup>6</sup> e foram rapidamente ligados por estradas praticáveis. Mas as famílias só foram instaladas em seus lotes, definitivamente, em 1998.

Após um longo período de irregularidades dos recursos financeiros, o período de 1995-97 foi marcado por um forte desenvolvimento da distribuição de créditos às famílias assentadas. Cada uma delas recebeu, entre os créditos do campo e de investimento, aproximadamente, 7.500 reais (+ ou – 6.500 US\$ da época). Algumas entre elas não estavam preparadas para gerenciar investimentos tão importantes no processo de produção. Mas o risco de perder o adiantamento do crédito caso ele não fosse imediatamente utilizado, fez com que todos os agricultores se apressassem a gastá-lo. A forma dos investimentos realizados foi muito heterogênea e os resultados desiguais. Assim, ao longo destes anos, além da restauração de suas casas, as famílias:

- aumentaram as superfícies mecanizadas no cultivo de milho;
- melhoraram ou até adquiriram (individual ou coletivamente) os equipamentos mecânicos (tratores, arados, grades);
- instalaram infra-estruturas (cercas e galpões);
- compraram gado leiteiro (às vezes sem garantia de acesso a uma rota de escoamento do leite).

As famílias assentadas após 1997 se orientaram para a produção leiteira bem mais rapidamente que os seus antecessores. De fato, elas foram influenciadas pela experiência dos vizinhos, mas também pela estabilidade da renda que o leite era o único a garantir na região.

De 1997 a 1999, em conseqüência às pressões permanentes exercidas pelo MST e outros movimentos sociais, o governo federal desbloqueou inúmeros créditos e lançou um vasto programa público de assistência técnica nas áreas de reforma agrária (projeto LUMIAR).

• **1999-2005: difícil integração das famílias de origem urbana assumida pelos organismos governamentais**

Entre 1999 e 2001, mil famílias foram assentadas em 34 assentamentos, principalmente pelo Estado do Rio Grande do Sul. O processo de demarcação dos lotes foi bastante rápido. Em geral, as condições de vida destas famílias foram menos drásticas do que aquelas conhecidas pelos primeiros que chegaram; mas ainda assim difíceis: alojamentos em barracos de lona, sem água, etc...

Neste último grupo a maioria das famílias era de origem urbana, o que fazia necessário um acompanhamento específico. Estas famílias tiveram, de fato, que se

---

<sup>6</sup> Um diagnóstico participativo dos recursos naturais, antes da instalação das famílias, possibilitou uma distribuição mais justa para o acesso aos recursos naturais, à terra e às infra-estruturas de base: as famílias receberam de vinte a trinta hectares.

familiarizar com os sistemas produtivos da região, aprender a elaborar um sistema de plantação, saber administrar diferentes produções para alcançar um rendimento decente. Em consequência a uma acordo político entre o MST e o governo do Estado, elas foram acompanhadas pelo serviço público de assistência técnica (EMATER), o resto das famílias anteriormente assentadas estiveram sob a responsabilidade da COPTec, uma cooperativa de técnicos coordenada pelo MST.

A partir de 1999 a política de crédito do governo federal em favor da reforma agrária foi integrada ao programa nacional de apoio à agricultura familiar (PRONAF). Entre créditos rurais e de investimentos, os assentados puderam dispor de créditos subsidiados<sup>7</sup> na ordem de 15.000 reais (8 000 US\$). Entretanto, a liberação destes recursos continuaram dependendo da mobilização dos agricultores assentados. Entre 2000 e 2004, uma parte dos agricultores (principalmente as novas famílias) tiveram acesso a créditos suplementares de quase 4 000 reais (1 600 US\$) aplicados pelo governo estadual<sup>8</sup>. Estes recursos com juros preferenciais foram utilizados para fins estruturais ou produtivos.

#### **Disponibilidade de créditos e utilização dos recursos**

Nestas três fases de assentamento, a disponibilidade de crédito foi variável e, por vezes, desconhecida das necessidades das famílias instaladas. Fases de grande disponibilidade deram lugar a períodos de ausência de crédito: esta situação dependia dos resultados das iniciativas tomadas pelo MST junto às instâncias governamentais para obtenção de programas de crédito. Este contexto, sem dúvida, não favoreceu uma utilização racional e eficiente dos recursos em crédito, e finalmente também não possibilitou a consolidação do potencial financeiro mobilizado. Teria sido necessário definir uma verdadeira política de crédito, de acordo com a população e suas organizações e aplicar um dispositivo autônomo em nível regional, de caráter mútuo ou cooperado, responsabilizando as famílias. Esta via, havia sido estudada em 1994 e fortemente aconselhada pela AVSF com o apoio de uma assessoria adequada, não foi aceita pelos dirigentes da COOPERAL que desejaram manter em uma mesma entidade os serviços aos assentamentos inclusive a gestão dos pequenos fundos de créditos trazidos pelo projeto e pelo BID.

#### **Os perímetros de reforma agrária de Bagé atualmente: espaço relativamente contínuo**

A partir de 2001, as diferentes áreas de reforma agrária formaram um conjunto semi-contínuo, ligadas por vias de acesso cujo estado dependia da intensidade das chuvas<sup>9</sup>. Atualmente, na região de Bagé, cinquenta e dois assentamentos (de uma superfície, aproximadamente, de 50 000 hectares) de reforma agrária abrigam quase

---

<sup>7</sup> As famílias assentadas puderam se beneficiar de taxas de juros mais vantajosas que as do mercado: no máximo 4% ao ano, ao invés de 16% (maio 2004).

<sup>8</sup> No quadro do programa RS-RURAL de luta contra a pobreza rural e de gestão sustentável dos recursos naturais, co-financiado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Mundial.

<sup>9</sup> Com a mudança da maioria política no Estado do Rio Grande do Sul no fim de 2002, as estradas não tiveram mais manutenção até o fim de 2004, quando a iniciativa privada e também o exército, retomaram as obras.

mil e novecentas famílias assentadas entre 1979 e 2001 em lotes de 25 a 30 hectares. A maior parte dos assentamentos está a uma distância de 50 a 120 km da cidade de Bagé.

As novas áreas de reforma agrária têm um potencial de integração às dinâmicas produtivas mais importante que as primeiras. Elas estão, de fato, situadas entre as antigas áreas e próximas das infra-estruturas de transporte que estão sendo realizadas. Ainda que o prazo de acesso a uma moradia decente pareça melhorar, o acesso à água em quantidade e qualidade suficientes – para os animais e a rega das hortaliças – continua problemático, especialmente durante a estiagem do verão. Atualmente, ainda umas quinhentas famílias não têm acesso à eletricidade<sup>10</sup>.

- ***Viabilizar as pequenas propriedades familiares da região***

Todas as famílias encontraram dificuldades na implantação de um processo de gestão sustentável das propriedades, mesmo que elas tenham se inspirado nas práticas desenvolvidas nas propriedades vizinhas. Para as famílias de origem rural, tratava-se, ao mesmo tempo, de uma adaptação necessária a uma mudança de contexto agrônômico e de uma aprendizagem nas tomadas de decisão coletiva. Estas dificuldades foram acentuadas para as famílias de origem urbana devido o desconhecimento das práticas agrícolas delas e da gestão diária da propriedade.

O milho, principal produto da região até o meio dos anos 90, não garantia mais uma renda estável a todas as famílias. Contudo, ele constituía a forma de valorização de mais fácil acesso a todos: programa de troca de sementes, mecanização alugada ou meitada, etc. Dispondo de fracos recursos financeiros quando chegavam a seus lotes, a maioria dos agricultores mantinha entre dois a quatro hectares de milho para consumo próprio, entrando no sistema de rotação junto ao sistema de produção de forragem com os pastos temporários ou nativos<sup>11</sup>. Mas qual alternativa ao cultivo do milho propor a estas famílias para garantir uma renda estável e que permitisse manter a fertilidade do solo? A viabilidade destes cultivos é um desafio para a COOPERAL e para as entidades de apoio técnico. Como fornecer uma assistência técnica adequada e recursos em forma de crédito, para garantir uma mudança para outros sistemas, combinando agricultura e pecuária?

Os atores sociais implicados no processo de reforma agrária em Bagé têm objetivos complementares: políticos, técnicos, econômicos... A colaboração da equipe do projeto com o MST possibilitou que se enfatizasse tanto a defesa dos interesses econômicos das famílias diante do governo, quanto a melhoria da renda delas.

---

<sup>10</sup> O programa federal “Luz para todos” que deveria sanar esta deficiência foi assinado em 23 junho de 2005.

<sup>11</sup> Cultivo de milho seguido de dois, três ou quatro anos de pastos temporários que misturam pastos nativos, trevo, cornichão, azevem ou de três ou quatro anos de descanso com rebrota de pastos nativos.

Desta forma, complementando o MST, implicado na defesa dos interesses políticos e econômicos dos agricultores, o projeto teve como objetivo propor uma alternativa na produção para as famílias assentadas. Essa alternativa deveria contribuir para consolidar as cadeias de leite e de produção de sementes, e a diversificar a produção e as formas de comercialização. Esta complementaridade não foi suficiente para evitar alguns desencontros em certos momentos, até mesmo conflitos que levaram a uma interrupção na cooperação durante mais de um ano (1995-97). Os principais elementos de desencontro têm suas raízes nos dois diferentes tipos de acompanhamento da agricultura familiar: partir das situações e dos projetos das famílias para apoiar dinâmicas locais ou aplicar os modelos concebidos e enquadrados pelo movimento?

## **O ACOMPANHAMENTO DOS PEQUENOS PRODUTORES E A CONSTRUÇÃO DE CADEIAS, DOIS DESAFIOS ESTRATÉGICOS NO CONTEXTO LOCAL**

---

### **A construção progressiva da parceria entre AVSF e o CETAP**

A aliança da AVSF com o CETAP foi instaurada sobre a busca de uma sinergia, apoiada na complementaridade das competências e dos estatutos das duas entidades.

Em 1986, o verdadeiro desafio para AVSF e o MST era criar um dispositivo sustentável de assistência técnica nas áreas de reforma agrária; já que, naturalmente, uma cooperação internacional através de projetos, pretende impulsionar uma dinâmica, fortalecer os seus atores e não se tornar substituta dos dispositivos nacionais públicos e privados.

#### **• 1991-1995 - uma primeira fase tumultuada**

Após um período de aproximação e de trocas, AVSF realizou, no início de 1991, a identificação de um projeto e um estudo prévio de um projeto de estruturação dos sistemas de crédito. Aconselhada pelo MST, AVSF se associou à ONG brasileira CETAP para implantar este programa de ação. A opção da AVSF, ao tornar-se parceira do CETAP, foi de apoiar a estruturação das organizações camponesas e das instituições de apoio.

De fato, AVSF buscava mobilizar competências brasileiras disponíveis no RS. O CETAP dispo de competências confirmadas em agro-ecologia e de um trabalho de campo de mais de vinte anos (em 1991, o CETAP só tinha 5 anos), era um parceiro inevitável para elaborar e implantar uma estratégia de ação e parceria com as organizações camponesas nos assentamentos e o meio profissional (entidades de pesquisa, de assistência técnica, de formação, ...). Uma aliança com um ator legítimo no país possibilitou a AVSF tornar oficial a cooperação, condição indispensável para disponibilização da assistência técnica.

O **CETAP** (Centro de tecnologias alternativas populares) é uma ONG criada em 1986, durante o período de abertura democrática do Brasil, por iniciativa dos movimentos camponeses do Rio Grande do Sul (MST, Movimento das mulheres camponesas) e de um grupo de agrônomos. Seu objetivo é descobrir e difundir alternativas ao modelo de agricultura da revolução verde, o qual não podia assegurar a manutenção dos agricultores familiares da região norte do Rio Grande do Sul e que, conseqüentemente, “produziu” agricultores sem terra. As missões do CETAP são:

- Promover a agro-ecologia através do processo de formação de líderes dos movimentos agrários e de suas organizações;
- Acompanhar grupos de agricultores em transição agro-ecológica nos aspectos técnicos, de transformação artesanal e de comercialização direta;
- Produzir material didático de sensibilização.

Em coordenação direta com alguns dos sindicatos de trabalhadores rurais e várias cooperativas e associações de produtores, o CETAP atuou em cinco micro-regiões do Rio Grande do Sul.

Esta parceria começou com a elaboração de um diagnóstico, visando identificar sistemas de produção que permitissem viabilizar a maioria das propriedades familiares e que criassem referências úteis para apoiar novas ações. Em conseqüência deste diagnóstico, um projeto de desenvolvimento plurianual<sup>12</sup> foi elaborado junto com as famílias assentadas e suas organizações, e implantado em 1994. O projeto aplicado pelo consórcio CETAP/AVSF tratou de todas as famílias assentadas até então. Dedicou-se em contribuir na formação técnica dos agricultores assentados, no fortalecimento das organizações deles e na viabilização das cadeias de comercialização.

#### **Uma montagem financeira e institucional do projeto em sinergia e internacional**

O papel dos Agrônomos e Veterinários Sem Fronteiras foi determinante, principalmente, para buscar e garantir o envolvimento dos atores complementares no decorrer do projeto.

- em nível regional, através de uma aliança com o CETAP e a COOPERAL e, através de uma coordenação das ações, por um lado com as entidades locais de pesquisa e desenvolvimento e por outro, com o MST.
- em nível internacional, através da participação de entidades profissionais competentes nas questões técnicas e de engenharia financeira (FNCUMA – Federação Nacional de Cooperativas de Utilização de Materiais Agrícolas - França; Crédit Mutuel) e através de intercâmbios (viagens de estudo de delegações camponesas e do CETAP na França, etc.)

Esta cooperação reuniu diversos financiadores:

- financiadores públicos franceses (Ministério das Relações Exteriores) e europeus (União Européia);
- financiadores privados de associações de solidariedade internacionais: 1) a associação de Solidariedade com o Terceiro Mundo (ASTM), Associação Luxemburguesa apoiada para este projeto pelo governo do Grande duque de Luxemburgo, 2) a Associação “Lorraine Assajuco” que financiou uma parte das atividades com fundos próprios e que mobilizou fundos da região da

<sup>12</sup> Projeto de “Apoio na realização dos assentamentos e das propriedades familiares no Rio Grande do Sul – Bagé”.

Lorraine, na França (Instituto Regional de Cooperação da Lorraine) que possibilitou, por sua vez, um financiamento da Caixa de Depósitos e Consignações.

- além disso, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), interessado neste programa de apoio à viabilização dos assentamentos, financiou o CETAP, através de micro-projetos produtivos, para apoiar a estruturação da bacia leiteira na região (apoio à COOPERAL).

Uma parceria privilegiada foi estabelecida com o principal ator local, a COOPERAL, cooperativa criada em 1992; agrupando a maioria das quatrocentas e quarenta famílias assentadas na época. Esta colaboração visou, em particular, a implantação de serviços de abastecimento em insumos, de produtos alimentares de base e a coleta e comercialização dos produtos agrícolas (milho e leite). AVSF contribuiu no fornecimento da assistência técnica e das formas para preparar e realizar esta cooperação. O caminho escolhido por AVSF não foi de garantir a assistência diretamente nos assentamentos, mas sim, de apoiar o CETAP para que o fornecimento desta assistência se estabelecesse na região de Bagé (situado a 660 quilômetros de sua sede no norte do Estado).

Apesar do evidente potencial de sinergia que poderia gerar estas parcerias, algumas divergências de estratégias apareceram rapidamente. De fato, “**o enfoque camponês**”, a assistência técnica direta promovida pelo projeto se viu contestado pelo olhar dos dirigentes do MST, adeptos de um modelo amplamente baseado na promoção de modelos coletivos que, por vezes, ignoram as aspirações e as dinâmicas dos pequenos agricultores. A colaboração de ONG com um movimento social muito forte como o MST necessita de um ajustamento progressivo no método de intervenção. De fato, se as reivindicações e as formas de ações do MST são legítimas no contexto brasileiro, cooperar com o movimento para desenvolver formas de organização de apoio adequadas às famílias assentadas nem sempre foi fácil. Estas divergências estratégicas acarretaram numa paralisação do projeto após dezoito meses de implantação. Este tempo, evidentemente, desestabilizou a parceria entre AVSF e o CETAP e desencadeou debates de fundo internamente neste último; as orientações estratégicas referentes ao desenvolvimento dos assentamentos tornaram-se temas de debates internos nas instâncias políticas do CETAP, compostas de movimentos sociais e de sindicatos camponeses.

• **1997-2005: Tirar ensinamentos e adequar os métodos de intervenção do projeto**

As condições de restabelecimento de uma cooperação foram reunidas em 1997 e o projeto foi reativado. A legitimidade do CETAP com relação ao MST constituiu um importante trunfo para dar continuidade ao projeto inicial de apoio aos assentamentos.

AVSF, por sua vez, pode retirar ensinamentos de sua primeira fase de cooperação e propôs a continuação do projeto baseada numa parceria cuja afinação seria amplamente respeitada entre os dois atores em questão. Quanto ao MST, abriu-se um método de acompanhamento da agricultura familiar reconhecendo a urgência das iniciativas, individuais ou coletivas, trazidas pelos agricultores. Este

minucioso trabalho de “afinação” institucional possibilitou, em 1999, a conclusão da primeira fase do projeto em boas condições, e abriu a via de acesso para uma colaboração mais ampla com o CETAP.

Ademais, a especificidade do CETAP no domínio da agro-ecologia foi reconhecida pela AVSF e integrada como base de elaboração dos dois novos projetos de apoio a agricultura familiar. Assim, o segundo “projeto Bagé”, reunindo acompanhamento direto de grupos de agricultores e apoio às cooperativas locais, pôde começar em 2001. Até o fim do projeto, em 2005, AVSF e o CETAP trabalharam junto em bases sólidas, construídas sobre um respeito mútuo e direcionamentos estratégicos comuns.

### **Formar e animar grupos de agricultores**

A questão da animação técnica é central no contexto regional. As famílias assentadas tiveram que se adaptar, e para algumas, até mesmo descobrir, o contexto agrônômico da região de Bagé. As políticas públicas de acompanhamento responderam às necessidades destas famílias? Como a cooperação CETAP / AVSF tratou esta questão? Os diferentes momentos da colaboração entre as entidades parceiras em questão conduziram a uma evolução em três fases das formas de intervenção e de assistência técnica: primeiro período de assistência direta, depois redirecionamento da estratégia de ação focando o apoio e a formação dos dirigentes e dos técnicos das cooperativas ligadas ao MST; apoio que foi combinado, entre 2001 e 2005, com a retomada do acompanhamento metodológico de grupos de agricultores.

- ***O acompanhamento das famílias assentadas, entre políticas públicas de assistência técnica e influência da equipe CETAP / AVSF***

#### *A assistência técnica direta aos agricultores assentados*

O diagnóstico realizado em 1991-92 pela equipe do projeto CETAP / AVSF sobre as perspectivas de desenvolvimento dos sistemas produtivos familiares existentes na região de Bagé foi a primeira contribuição da parceria em matéria de formação dos pequenos agricultores. A equipe do projeto ainda não estava formalmente envolvida num processo de acompanhamento dos agricultores. Em consequência do diagnóstico, CETAP e AVSF criaram um pequeno núcleo de apoio para 1) aconselhar e apoiar a nova organização local, a COOPERAL; 2) formular uma estratégia plurianual e um projeto de ação; 3) montar uma proposta de ação plurianual para o BID que cobrisse uma assistência técnica e fundos de crédito destinados a financiar a estrutura da bacia leiteira (investimentos em caminhões-tanques para a COOPERAL e fundos rotativos para os produtores).

Pode ser lamentável que as propostas decorrentes do diagnóstico não tenham sido retomadas pela direção do MST para a aplicação de um plano de ação concreto de redirecionamento da produção. A criação da COOPERAL em julho de 1992, todavia, foi um dos resultados indiretos do diagnóstico e reuniu um grande número

de famílias originárias de várias coletividades e de associações de produção que estavam se desmantelando. A viabilidade das propriedades familiares supunha, de fato, a implantação de serviços – assistência técnica, apoio à comercialização e ao abastecimento – e de equipamentos coletivos (estradas, escolas, etc.). A COOPERAL foi implantada pelos pequenos agricultores e pelo MST, por um lado, para fornecer serviços e, por outro, possibilitar que o MST garantisse uma dinâmica coletiva em coerência com suas orientações. Esta função de animação constituiu, na época, um risco político maior para o MST: como manter a unidade do movimento quando certos produtores estavam em lotes privados e outros ainda faziam parte do sistema **coletivo** defendido pelo MST? A cooperação da AVSF em parceria com o CETAP foi marcada por esta dinâmica de estruturação dos serviços.

A assistência técnica do CETAP / AVSF foi uma base de discussão e de análise das perspectivas com os agricultores e a direção regional do MST. Graças aos fundos desbloqueados pelos financiadores, a equipe do projeto começou suas primeiras ações em 1994. Tratou-se, especialmente, do financiamento de uma assistência técnica integrada na COOPERAL. Esta equipe acompanhou o início da primeira rota de leite.

A equipe do projeto experimentou a implantação de uma assistência técnica direta junto aos agricultores, principalmente sobre temáticas ligadas à pecuária leiteira (introdução de espécies forrageiras – trevo, alfalfa e cornichão, fenação, melhoramento genético). Entretanto, esta assistência técnica foi realizada de maneira muito desconectada das instâncias de decisão do MST que contestou este modo de intervenção da equipe do projeto. É justo reconhecer que a equipe não soube traduzir as pistas identificadas no diagnóstico, em propostas técnicas suficientemente convincentes para as instâncias regionais do MST. Ao invés de contribuir na elaboração de uma política de desenvolvimento da agricultura familiar, as propostas da equipe suscitaram desconfiança e incompreensão da parte dos dirigentes e depois, bloqueio. Portanto a equipe tinha criado uma verdadeira dinâmica participativa. As tensões institucionais induzidas por esta situação, contudo, levaram à ruptura da cooperação entre CETAP, AVSF e a COOPERAL em 1995.

#### *Retomada da cooperação CETAP / AVSF: privilegiar o apoio às cooperativas*

O ano de 1996 foi marcado, ao mesmo tempo, por um desenvolvimento muito forte da distribuição de créditos e pelo assentamento massivo de famílias na região. A chegada destas trezentas e oito famílias fazia necessário um fortalecimento dos serviços oferecidos aos agricultores; ora, com exceção dos dirigentes do MST, nenhuma equipe de assistência técnica acompanhava os agricultores durante este período de transição. Foi somente a partir de 1997 que o governo federal implantou o projeto Lumiar que punha à disposição recursos financeiros para organizar a assistência técnica nos assentamentos de todo o país. Na região de Bagé, uma equipe multidisciplinar de nove técnicos do Lumiar garantiu a assistência técnica para as 770 famílias assentadas até então. AVSF decidiu, no mesmo ano, de

retomar uma cooperação com o CETAP. As bases do diagnóstico inicial e as propostas de ações ficavam, de fato, em vigor e pertinentes. Tratava-se, então, de dar continuidade concretamente a esta experiência de viabilizar propriedades familiares, no contexto de uma operação de reforma agrária, a partir daí, melhor conhecida. A equipe, em acordo com os outros atores, priorizou o apoio técnico às equipes do Lumiar e da COOPERAL e não mais o acompanhamento direto dos agricultores.

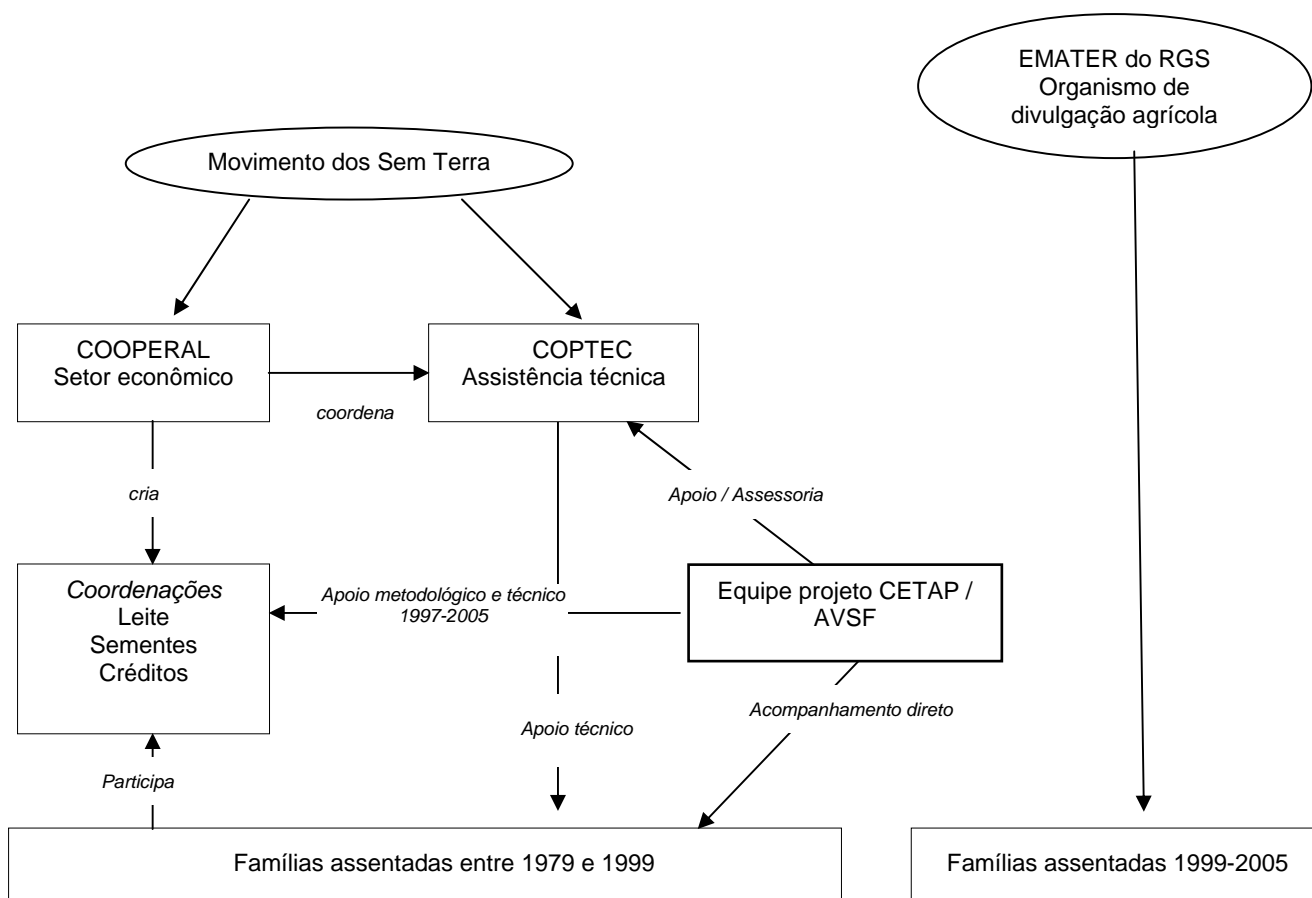


Figura 1: atores envolvidos na assistência técnica às famílias assentadas

Entre 1999 e 2001, com o fim do apoio financeiro do governo federal, os custos de funcionamento da equipe de Lumiar foram assumidos pelo Estado do Rio Grande do Sul. É neste período que o MST criou, na região, seu próprio núcleo de assistência técnica, a COPTEC (Cooperativa de técnicos), coordenada localmente pela COOPERAL. Esta equipe é responsável pela elaboração de projetos de créditos para os assentados e suas entidades e de acompanhamento dos agricultores em campo. Em consequência de um acordo político entre o MST e o governo do Estado do Rio Grande do Sul, a empresa pública de assistência técnica (Emater-RS) assume o apoio técnico às mil famílias assentadas após 1999.

A equipe do projeto desempenhou um papel de assessoria aos técnicos e dirigentes das cooperativas (COPTEC e COOPERAL) durante este período. Esta

animação e este apoio técnico indiretos, ainda que adaptados às realidades institucionais da região, não podiam responder as exigências de cooperação da equipe e não era suficiente para atender as necessidades das famílias assentadas, tanto em termos do acompanhamento quanto em termos de consolidação das cooperativas. De fato, ainda que elas tenham integrado no trabalho da assistência técnica a difusão de tecnologias adaptadas às realidades locais, as equipes da COPTec tiveram dificuldades em instaurar dinâmicas de trabalho construídas diretamente e de maneira continuada com os agricultores. Elas alternaram um apoio pontual (dificuldades objetivas devidas ao contexto, à formação dos técnicos) junto de certos produtores com longos períodos dedicados à elaboração de processos de crédito, com base na solicitação dos agricultores, mas sem uma verdadeira reflexão sobre os projetos, e a viabilidade técnica e econômica deles. Além disso, a grande mudança das equipes de assistência técnica, devido à precariedade dos contratos e convênios públicos, impossibilitou a continuidade e a sistematização dos conhecimentos técnicos, e no apoio do processo organizacional, apesar de serem promissores.

*2001-2005: A atualização e a experimentação de um novo método: a animação de grupos de referência como processo de pesquisa-ação e motivação permanente*

Em 2001, mantendo as relações de colaboração com a COPTec e a COOPERAL, a equipe do projeto retomou a animação direta de produtores, mas com uma metodologia de intervenção redesenhada com o MST.

O desafio da equipe do projeto Bagé foi de conseguir convencer a COPTec do interesse do método de acompanhamento e de poder debater de maneira mais equilibrada com a mesma, sobre uma metodologia alternativa de animação de base. A qual, consistia em:

- Acompanhar de *forma continuada*, sem ser interrompida pelas solicitações de crédito, alguns grupos interessados em trabalhar na diversificação dos sistemas de produção, na transição agro-ecológica e nas formas alternativas de transformação e comercialização;
- Esta animação permanente junto a um número restrito de famílias de “referência” (vinte a trinta famílias por técnico, enquanto o MST fazia pressão para que todas as famílias fossem acompanhadas, ou seja, um técnico para cem famílias aproximadamente) permitiu testar novas alternativas de diversificação produtiva, de técnicas de conservação solo/ água, de comercialização solidária e de consolidá-las como experiências demonstrativas. Esta alternância teórica-prática na animação valorizou os intercâmbios com agricultores como recursos de formação;
- Estas alternativas, uma vez testadas e consolidadas, puderam começar a se difundir junto as famílias, pela organização de intercâmbio dos pequenos agricultores; a sistematização das experiências em diversas ferramentas (escrita, fotos ou vídeo); e a apropriação da metodologia pela assistência técnica e os

líderes camponeses locais responsáveis da animação de base das famílias assentadas. Esta aprovação foi uma condição para que elas possam ser consideradas como referências.

• **Os resultados obtidos e os limites do método**

As trocas metodológicas entre a equipe do projeto e a COPTEC começaram em abril de 2001 e foram retomadas pelos dirigentes da cooperativa na ocasião de seminários internos de formação que reuniam todos seus técnicos, uma ou duas vezes por ano. Enquanto coordenador da COPTEC e responsável da animação dos grupos de produção de leite e de sementes, a COOPERAL também participou deste debate. Este grupo, ao qual se juntou alguns dirigentes do MST, formou um grupo de debate denominado “Setor de produção”.

*As dificuldades da equipe COPTEC, perdida entre militância e precariedade*

O debate metodológico no seio deste Setor de produção se aprofundou entre 2001 e 2002, com a elaboração e a implantação de um método de intervenção comum às equipes e de trocas de competências na animação de grupos. Mas durante o período diversos limites apareceram:

- Os técnicos da COPTEC, devido a diversidade da formação deles, da origem e da antiguidade na equipe, se dedicaram de formas diferenciadas na animação dos agricultores;
- Apesar do método desejado de uma animação contínua, os técnicos da COPTEC dedicaram bastante tempo na elaboração de projetos de solicitação de créditos públicos. Estas interrupções vieram quebrando regularmente a dinâmica de animação de base e provocaram uma descontinuidade que não permitiu avançar nos grupos que a cooperativa acompanhava;
- A mudança da maioria política no governo do Estado do Rio Grande do Sul em 2002 conduziu a uma parada das subvenções concedidas à COPTEC e uma precarização das condições de trabalho deles. Esta interrupção do compromisso do Estado entre novembro de 2002 e outubro de 2003 foi um fator importante de desmobilização, até mesmo de demissão dos técnicos.
- As diferenças de condições de trabalho entre a equipe do projeto e a COPTEC muitas vezes foram colocadas como justificativa para os pequenos avanços conseguidos nos grupos acompanhados pela COPTEC.

Foi ficando cada vez mais difícil, a partir do fim de 2002, reunir a equipe COPTEC e a do projeto Bagé para um debate metodológico de qualidade. A COPTEC não conseguiu, apesar de todo trabalho metodológico acumulado, elaborar uma estratégia clara de intervenção técnica a médio e longo prazo, e manter um trabalho permanente de acompanhamento das bases. O ritmo das reuniões se espaçou e acabou com uma parada total das relações formais a partir do meio de 2003. Os vínculos se mantiveram fracamente através da participação pontual dos técnicos COPTEC nos espaços de formação e de intercâmbios organizados pelo CETAP ou

pela COOPERAL. As relações foram retomadas em maio 2005 com o Setor de produção.

*Uma equipe COOPERAL, mais comprometida com os desafios sociais e políticos que com o apoio permanente aos pequenos agricultores*

Desde o lançamento de sua atividade de coleta de leite, a COOPERAL estruturou um Setor de Leite organizado em grupos de produção. Duas voltas (fim 2001 – início 2002) permitiram o início da implantação do sistema de resfriamento coletivo na rota do leite. Reuniões regulares da Coordenação de Leite permitiram elaborar os conteúdos deste trabalho de base.

A COOPERAL não conseguiu manter esse acompanhamento em sua duração. Em termos práticos, é verdade que o aumento do número de grupos acompanhados (de 12 no início de 2001 para mais de 40 em 2003) rapidamente ultrapassou as capacidades humanas de abrangência da COOPERAL. Mas as principais razões da relativa fraca implicação da Cooperativa no apoio técnico aos produtores estavam mais ligadas às orientações estratégicas da COOPERAL. Os animadores se dedicaram muito em outras funções administrativas na cooperativa, o que, na maioria das vezes, ficou em primeiro plano em relação ao trabalho de animação de base; e em funções de representação política. Os dirigentes da cooperativa também são líderes do MST e atores da política local; o que fez com que o trabalho de animação na produção tenha sido quase totalmente interrompido em cada período eleitoral (eleições presidenciais em 2002, municipais em outubro de 2004). Além disso, os técnicos da cooperativa, algumas vezes, tiveram confrontos com a direção política regional do MST. A incompreensão, por parte de certos dirigentes do Movimento, da política de resfriamento coletivo do leite incitada pela cooperativa pode aumentar estes últimos desarticular em nível das bases, o trabalho de acompanhamento dos pequenos agricultores realizado sobre este tema. Estes conflitos foram fatores importantes de desmobilização dos representantes da cooperativa.

A favor da COOPERAL, vale enfatizar que a animação por ela realizada permitiu formar, em quatro anos, uns vinte grupos de agricultores na gestão de cisternas coletivas de resfriamento, indispensáveis para a implantação das rotas de coleta do leite; seja lhes alugando, seja lhes financiando aos produtores sobre créditos de fundo rotativo da cooperativa. Este trabalho, a partir daí, se limitou à implantação destas estruturas de resfriamento. Uma vez instaladas as cisternas, certamente faltou um acompanhamento mais regular dos grupos, que teria possibilitado:

- apoiá-los na resolução de problemas técnicos e de organização do cotidiano (manutenção do material, organização das rotas internas);
- manter um debate permanente entre a cooperativa e os produtores sobre a questão de fixação de preços do leite, da conjuntura regional e nacional sobre a temática leiteira;

- discutir temas mais técnicos como a produção de forragem, cuidados veterinários, inseminação artificial.

Os grupos de agricultores se encontraram, então, entregues à própria sorte, e a cooperativa não exerceu nenhuma influência nos aspectos qualitativos (fora a temperatura) e quantitativos da produção de leite. Isto representa uma certa ameaça na medida em que qualquer empresa leiteira que entre nos assentamentos e proponha serviços a um preço superior aos oferecidos pela COOPERAL, pode recuperar uma parte da produção. Aliás, desde o início de 2005, a laticínios Elegê já coleta o leite de uma dezena de grupos que entregavam, anteriormente, à COOPERAL... pondo assim a viabilidade econômica de uma rota de leite construída com dificuldades durante dez anos, em perigo. A COOPERAL e as famílias assentadas se encontraram, então, diante de novos desafios. A questão da concorrência favorecerá, a médio prazo, às famílias assentadas? Qual papel irá cumprir no futuro a COOPERAL na constituição de capacidade de negociação dos pequenos produtores com os diferentes atores econômicos?

*Conclusão: avanço isolado da equipe do projeto e desarticulação institucional*

A dinâmica de animação de base da COPTEC e da COOPERAL junto aos grupos de produtores foi relativamente fraca. Entre uma cooperativa forçada a interromper freqüentemente a assistência técnica para se manter financeiramente e a outra mais implicada em suas missões de representação política dos interesses dos agricultores, a equipe do projeto teve dificuldade em defender a sua metodologia de intervenção. Então, ela amarrou a sua ação com três grupos de pequenos agricultores assentados (aproximadamente trinta famílias) e diversificou seu público alvo além dos assentamentos.

O projeto de cooperação chegou ao fim em junho de 2005. No momento dos balanços, foi preciso reconhecer que o seu grande limite foi de não conseguir alcançar um número maior de famílias. Este é um dos principais desafios da equipe técnica do CETAP que tinha por objetivo, para estes próximos anos, aumentar o número de famílias acompanhadas, é claro que, com a condição, de que esta entidade tomasse uma estratégia adequada e de meios necessários para acompanhar ao longo da sua duração o processo de reforma agrária no sul do Rio Grande do Sul. Este aumento quantitativo necessário é difícil de ser realizado sem recursos financeiros suplementares. O segundo desafio do CETAP é de difundir melhor as referências locais acumuladas nos grupos. O que ocorre, por um lado, pela intensificação dos intercâmbios entre os pequenos agricultores que, todavia, continuam dependentes de uma melhor co-organização entre os atores locais. Por outro lado, trata-se da produção de material didático (fichas técnicas, vídeos) que possibilitarão a difusão das experiências nas famílias não acompanhadas. Entretanto, o êxito desta multiplicação dos resultados obtidos nos grupos de referência, está condicionado a uma boa transmissão deste material aos agricultores. Ora, quais são os atores locais que podem propagar esta informação para as bases a não ser a COPTEC e a COOPERAL?

Além do acompanhamento técnico de grupos de agricultores assentados, o projeto também focalizou sua ação sobre a consolidação das cadeias produtivas de leite e de sementes. A comercialização da produção agrícola é, de fato, um desafio particularmente importante para viabilizar as famílias assentadas nos perímetros de reforma agrária.

### **Construir e consolidar cadeias produtivas sustentáveis de comercialização**

Como pudemos constatar na história das famílias assentadas, existia, desde 1979, uma rota de comercialização de leite organizada pela CAMAL, cooperativa leiteira criada nos anos sessenta pelos primeiros pequenos agricultores. A mesma pretendia integrar as novas famílias nesta cadeia. Mas até 1994, fora umas trinta famílias assentadas, raras são aquelas que entregavam seu leite na rota organizada pela cooperativa: seu caminhão se limitava a passar nos assentamentos de acesso mais fácil.

Também existia na região uma cadeia de produção de sementes de hortaliças organizada por várias empresas privadas, que, rapidamente, integraram os pequenos agricultores dos assentamentos, através da COOPERAL, na sua base de produtores.

Mostraremos aqui como o projeto Bagé pode apoiar a organização econômica do MST, a COOPERAL, no desenvolvimento de duas cadeias autônomas de produção – comercialização de leite e de semente, e o que este apoio implicou em termos de desafios.

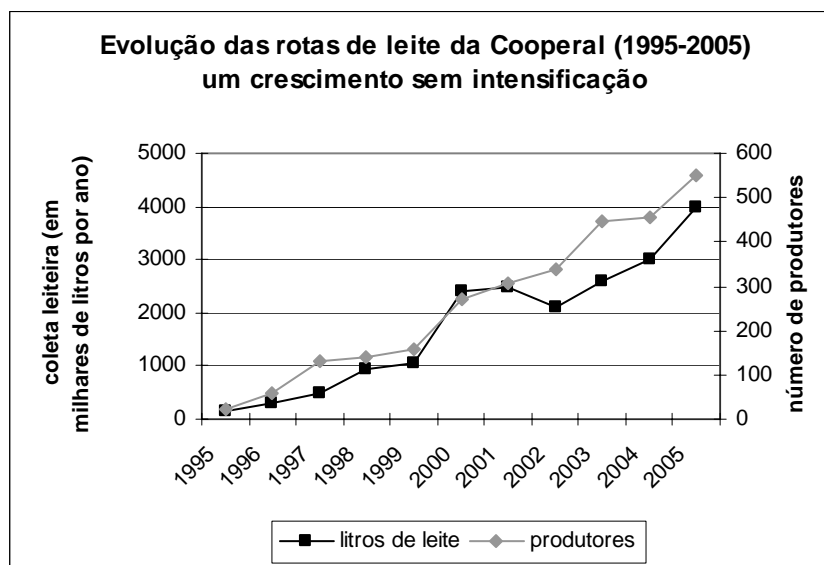
- ***A construção de novas rotas de coleta de leite: Hulha Negra, Candiota e Pelotas***

Implantar uma cadeia produtiva de leite completando as rotas organizadas pela CAMAL era uma das perspectivas de viabilização dos assentamentos identificadas no diagnóstico CETAP/AVSF de 1992. A pecuária bovina leiteira era, de fato, uma produção alternativa para os cultivos anuais como o milho e o sorgo. Esta reorientação agrícola foi facilitada pelo pagamento dos créditos federais e pela criação da COOPERAL, que começou a organizar a coleta do leite nos assentamentos de Hulha Negra em 1994.

A cooperativa das famílias reassentadas coletava então nestes perímetros, aproximadamente, 400 litros por dia, junto a umas cinqüenta famílias. Ela vendia o leite cru para a CAMAL, que o transformava e o comercializava. A quantidade de agricultores envolvidos nesta coleta não parou de aumentar até 1998, graças especialmente, ao forte envolvimento de algumas famílias, apesar do péssimo estado das estradas; e à ação da COOPERAL e do MST que obtiveram em 1997-98 numerosos créditos federais que permitiram a realização de investimentos produtivos (compra de um caminhão para o transporte...) e de implantar infra-estruturas coletivas (abatedouro, etc.)

Em 1998, a COOPERAL, com o apoio financeiro e metodológico do projeto, tentou implantar uma nova rota de coleta nos perímetros de Candiota para apoiar a produção leiteira de umas trinta a quarenta famílias distantes da cidade. Esta iniciativa não teve êxito e a rota parou após dois meses de funcionamento porque a quantidade coletada de leite era muito pouca e o estado das estradas muito precário. A instalação de uma cisterna coletiva de resfriamento tornou possível reativar a estrada de Candiota em 2000 e estender a coleta aos perímetros vizinhos integrando assim cinquenta famílias a mais. Em 2001, esta rota coletava em média 3.000 litros por dia, com uns cento e cinquenta pequenos agricultores.

Mediante o sucesso desta rota, a COOPERAL resolveu então consolidar a cadeia leiteira estendendo a área de coleta e instalando cisternas coletivas de resfriamento em todos os perímetros. Este desejo de implantar um sistema coletivo de resfriamento, fortemente apoiado pelo projeto, se explica também pela aplicação de uma lei de padronização da qualidade do leite. A consolidação da cadeia de leite foi estimulada por um trabalho de animação de base e pelo financiamento de cisternas a grupos de pequenos agricultores. Este financiamento foi possível através do fundo de crédito rotativo da COOPERAL (com financiamento do projeto Bagé e do BID) e por fundos públicos.



Apesar das resistências<sup>13</sup> e das dificuldades iniciais ligadas, especialmente, à inadequação da rede elétrica, quinze resfriadores coletivos estavam funcionando nas duas zonas no fim de 2003, sendo que em 2001 havia somente uma. Entretanto, no mesmo ano, a saída simultânea de um grupo de quinze produtores “históricos” de leite fez com que a produção global coletada pela COOPERAL só tenha aumentado relativamente pouco: 2,5 milhões de litros em 2001 junto a trezentos produtores;

<sup>13</sup> Os produtores que já possuíam uma cisterna individual à imersão não quiseram investir novamente, além de serem obrigados a levar seu próprio leite até a cisterna coletiva.

para 2,6 milhões em 2003 coletados junto a quatrocentos e cinquenta produtores. Entre 2003 e 2005, a abertura de uma terceira rota de leite levou cem novas famílias a integrarem este circuito de comercialização que hoje representa uma produção de 11.000 litros por dia, ou seja, quatro milhões de litros por ano.

Estas novas rotas do leite, que hoje se revelam uma alternativa eficaz para a produção irregular do milho e do sorgo, levaram, entretanto, mais de dez anos para serem construídas. O crescimento desta atividade, motivado pelo objetivo de agregar um número cada vez maior de agricultores, não foi acompanhado de uma assistência técnica junto aos pequenos produtores. A COOPERAL, de fato, priorizou a abertura de novas rotas do leite ao invés da consolidação das rotas já existentes. Quanto a equipe do projeto, ela não conseguiu influenciar as equipes locais de assistência técnica da COOPERAL, ou ao menos, influenciar as orientações dadas pelas instâncias de direção.

#### *A comercialização do leite através das cooperativas regionais*

Durante todos estes anos, a COOPERAL desenvolveu sua capacidade de organização da coleta e de negociação com a indústria leiteira. Até 2001 o principal comprador do leite da COOPERAL era a CAMAL, única cooperativa leiteira regional que tinha uma usina de fabricação de queijos. Apesar do processo de concentração da indústria leiteira na região, a COOPERAL conservou até hoje o seu poder de negociação dos preços e dos volumes com os novos interlocutores econômicos.

#### *Perspectivas e desafios para a viabilização através do leite*

A consolidação das rotas do leite se revelou, realmente, uma alternativa eficaz para a produção dos cultivos anuais. Também é, simultaneamente, uma estratégia adaptada à viabilidade econômica das pequenas propriedades familiares e rentável para a COOPERAL. Em 2004, a atividade leiteira gerou um lucro de 239.000 reais para a cooperativa, ou seja; aproximadamente, 100.000 US\$. Atualmente, ao considerar o conjunto das 1.850 famílias assentadas até 2001, em média 30% delas fazem da produção leiteira sua principal atividade, seja comercializada, seja vendida diretamente na forma de leite cru e de queijos dentro dos assentamentos ou nas cidades vizinhas.

Para defender e fortalecer o modelo da pequena agricultura familiar da região; por um lado, a COOPERAL prevê para o fim de 2005 – início de 2006, continuar sua política de crescimento a fim de integrar os agricultores recentemente assentados realizando economias de escala; e por outro, também pretende continuar a aproveitar do seu poder de negociação regional para aumentar o preço pago aos produtores.

O paradoxo que se apresenta se junta ao da assistência técnica: como conciliar um crescimento do número de propriedades inseridas nas cadeias de leite e uma ação qualitativa que implica no acompanhamento técnico dos produtores e de seus grupos, numa perspectiva de bom domínio técnico e de crescimento da

produtividade? A equipe do projeto, com o seu acompanhamento a grupos de iniciativas, gerou inovações e criou referências técnicas. Estas referências, tiradas das experiências com os pequenos produtores e suas organizações, puderam contribuir na elaboração de uma estratégia de ação de desenvolvimento em favor das famílias assentadas. A organização e o financiamento de uma assistência técnica adequada a estas famílias constitui um desafio importante para o futuro das propriedades e, particularmente, da cadeia leiteira desta região.

De fato, é importante notar que o aumento da produção observada nos últimos anos estava mais ligada a um aumento do número de produtores que entregavam seu leite, do que a um aumento da produtividade desta atividade. A produtividade média por família, se consideramos que a quantidade de leite para consumo próprio permanecia a mesma entre 1995 e 2005, estagnou em torno de 18 a 20 litros por dia por família. Como o número de animais leiteiros por família aumentou no decorrer deste período, isto significa que a produtividade por animal baixou em dez anos e que, provavelmente, existe *uma crise dos sistemas forrageiros ou da fertilidade nos assentamentos*. Esta crise dos sistemas forrageiros se acentua por causa da falta de difusão das práticas adequadas de inseminação dos animais e da constituição de estoques de forragens. Nestas circunstâncias, um melhor acompanhamento técnico deveria tornar possível aumentar a produtividade.

Além disso, em termo de cadeia, a conjuntura foi desfavorável à COOPERAL com a entrada nos assentamentos desde o fim de 2004, de outros laticínios de caráter não cooperativo (Elegê, multinacional de capital chinês). Estas empresas oferecem aos produtores um preço até 20% superior ao da cooperativa. Elas têm, na verdade, capital de giro suficiente para oferecer temporariamente preços superiores à média para acabar com a concorrência local e, em seguida, começar a selecionar (o que não faz a cooperativa), os “melhores” produtores. A entrada desta concorrência desleal imediatamente derrubou aproximadamente 10% dos produtores da COOPERAL. A partida destes produtores revelou uma certa fraqueza do acompanhamento técnico da parte da cooperativa, e um distanciamento forte dos associados dispostos, por razões econômicas, a sacrificar uma estrutura de coleta montada com imensos esforços durante mais de dez anos. É claro que, a curto prazo, além de um certo nível de abandono dos seus produtores, a COOPERAL não conseguirá se viabilizar economicamente.

Um acompanhamento técnico de qualidade, mesmo que orientado a um número de agricultores assentados, não permitiria consolidar e viabilizar de maneira mais sustentável as cadeias de produção agrícola da região? Em dez anos, o acompanhamento técnico da COOPERAL, mesmo que qualitativamente insuficiente, permitiu integrar quinhentos e cinquenta agricultores assentados às duas rotas de coleta. É preciso assinalar aqui este resultado positivo obtido apesar do mau estado das infra-estruturas de transporte.

É preciso também ressaltar que a lógica da COOPERAL, de forma diferente das outras empresas do setor (que sejam ou não cooperativas), não se limita a ter como

base a seleção dos agricultores mais produtivos. Esta iniciativa pode introduzir uma relativa fraca produtividade. A fim de se tornar competente, ela deve então redobrar seus esforços em termo de acompanhamento técnico dos agricultores, seja lá qual for seu potencial produtivo.

- ***A apropriação da produção e da comercialização de sementes de legumes***

*Empresas sementeiras que integram, selecionam... e excluem*

Com a chegada da segunda onda de assentamentos em 1989, várias empresas sementeiras ofereceram contratos de integração para a produção de sementes de legumes de inverno (cenoura, cebola, etc.) e de verão (abóbora, melão, etc.) A COOPERAL desempenhou um papel importante de negociação e de aconselhamento junto às empresas para a escolha de suas zonas de produção, devido a necessidade de isolar as variedades. A COOPERAL também buscou uma distribuição justa dos contratos de produção, capaz de produzir sementes entre as famílias assentadas.

Assim, entre 1990 e 1994, até trezentas famílias foram integradas às empresas, principalmente nos assentamentos de Candiota. A partir de 1995, o número de famílias integradas às empresas diminuiu até atingir menos de cinquenta agricultores “se beneficiando” de contratos de integração com essas empresas. Esta queda do número de famílias integradas às cadeias de produção se explicou, por um lado, pela competição de outras zonas de produção, mas também, e, principalmente, pelo fato de que as empresas “selecionaram” progressivamente os agricultores para só trabalhar com os que tinham melhor desempenho.

*A Bionatur, uma alternativa à exclusão*

Como alternativa às empresas sementeiras, a COOPERAL se cadastrou oficialmente como produtoras de sementes. Em 1997, ela começou, com o acompanhamento e o apoio financeiro do projeto, a constituir internamente um setor de produção e de comercialização de sementes. Este setor de produção cujo nome comercial é Bionatur, teve que se diferenciar das outras empresas oferecendo sementes produzidas conforme os moldes agroecológicos de produção. Para a COOPERAL, esta estratégia tinha por objetivo, ao mesmo tempo, dominar a cadeia produtiva local e também, se posicionar neste setor em nível nacional.

Em 1998, doze agricultores produziam 2,6 toneladas de sementes de legumes e de forragem – essencialmente cenoura, cebola, trevo e aveias. Em 1999-2000, Bionatur comercializava 12 toneladas destas espécies produzidas por cinquenta famílias! Este crescimento ocorreu, em grande parte, graças a um acompanhamento técnico quase permanente dos agricultores e a subvenções externas que forneceram os insumos e as sementes de base.

Entre 2001 e 2003, Bionatur passou por uma grave crise de produção, relacionada, ao mesmo tempo, às condições climáticas<sup>14</sup> e à fragilidade do acompanhamento técnico no decorrer deste período. Desta forma, a produção ficou abaixo de 0,7 toneladas para a temporada 2001-02. Durante este período, a ação do projeto Bagé se limitou a participar dos debates da Coordenação Semente, e também a acompanhar um grupo da Bionatur com um técnico do CETAP no fim de 2002.

No início de 2003, um diagnóstico-avaliação da Bionatur, coordenado pela equipe do projeto, levou a contratação de um agrônomo, responsável pela formação dos produtores e dos técnicos da equipe Bionatur. Paralelamente, condições climáticas mais favoráveis permitiram um aumento da produção que chegou a 5 toneladas no inverno de 2003. Desde então, entre quarenta e cinquenta agricultores produzem sementes de diferentes variedades de legumes e de sementes de forragens conforme práticas de produção agroecológicas, sem a utilização de pesticidas, nem de adubos químicos.

O número de produtores acompanhados foi *voluntariamente limitado* e isto com o objetivo de viabilizar um acompanhamento técnico de qualidade. Mas como conciliar as exigências dos financiadores que julgam um projeto pelo seu aspecto quantitativo (número de agricultores acompanhados, número de produtores integrados nas cadeias de comercialização...) e a questão qualitativa? Apesar da demanda muito forte de sementes biológicas da marca Bionatur<sup>15</sup>, o objetivo foi, exatamente, de melhorar a *qualidade do processo* de produção / condicionamento de sementes; ao invés de aumentar o número de produtores integrados.

No intuito de amenizar a fraca possibilidade que oferece o ecossistema dos pampas da região de Bagé para diversificar as espécies produzidas, em 2004, a zona coberta pela Bionatur se ampliou até toda a região sul do estado do Rio Grande do Sul<sup>16</sup>. Bionatur também começou a produzir em outros estados do Brasil (Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Sergipe). Seu objetivo é atingir uma produção de 15 toneladas até 2007 em todo o Brasil.

#### *Uma vitrine política voltada para o exterior*

A marca Bionatur hoje é, sem dúvida, uma das fachadas do MST, no quadro da sua campanha “Sementes patrimônio da humanidade” e uma das únicas experiências latino-americanas de produção de sementes de hortaliças agroecológicas.

---

<sup>14</sup> Anos muito chuvosos que aumentaram a incidência e a intensidade das doenças provocadas por fungos.

<sup>15</sup> Bionatur é uma marca farol para o Movimento dos Sem Terra e seu trabalho foi então divulgado muito amplamente, em particular nos fóruns sociais mundiais de Porto Alegre.

<sup>16</sup> Com trinta produtores integrados nas regiões vizinhas de Piratini, Herval, Pinheiro Machado e Santana do Livramento.

As sementes agro-ecológicas Bionatur partem, principalmente, para outras regiões do Brasil e até o estrangeiro, mas são desconhecidas dos agricultores da região. De fato, a COOPERAL deu prioridade à implantação de circuitos de comercialização de sementes para fora da região, abandonando até o presente os circuitos de distribuição locais. Portanto, os assentamentos da região com suas mil, oitocentas e cinqüenta famílias representam um potencial de mercado promissor.

- ***A comercialização direta ou a criação de uma nova cadeia de curto circuito controlada pelos produtores***

O terceiro setor alternativo de viabilização das propriedades identificado pela equipe do projeto Bagé foi a venda direta de hortaliças nas cidades próximas dos assentamentos. Esta venda direta, todavia, foi condicionada pela existência de infra-estruturas de transporte.

*Um potencial de mercado promissor... mas uma viabilidade incerta*

Se considerarmos um recenseamento realizado pelo Instituto brasileiro de estatísticas em 1998, 80% das frutas e legumes vendidos no centro de Bagé não eram produzidos na região e vinham das centrais de abastecimento das grandes cidades do Estado: Pelotas a 180km, Santa Maria a 300km e Porto Alegre a 350km.

Com mais de cento e vinte mil habitantes, a cidade de Bagé representa um mercado extraordinário para a venda de frutas e legumes que, mesmo não integrando ainda totalmente nos hábitos alimentares da região da Campanha, tiveram um aumento sensível no consumo nestes últimos anos. Se considerarmos que, aproximadamente, trinta mil pessoas vivem abaixo da linha da miséria, um dos grandes desafios regionais é chegar a produzir estes produtos, e de oferecê-los a um preço acessível às camadas mais desfavorecidas da população.

*Uma primeira tentativa espontânea de comercialização*

Entre 1994 e 1996, existiram alguns pontos de venda que possibilitaram os produtores de comercializar diretamente queijo e legumes. Entretanto, a partir de 1996, com a mudança do local do mercado e devido à irregularidade das rotas e do custo do transporte destas mercadorias, a maioria das famílias abandonou, aos poucos, esta atividade de venda direta.

*Uma segunda tentativa estimulada pela assistência técnica*

Em 1998, o MST integrou a agro-ecologia como linha oficial de produção; a idéia de comercialização direta nas feiras urbanas, ganhou então, amplitude. De fato, além dos simples aspectos produtivos e ambientais, a agro-ecologia poderia possibilitar uma melhoria na subsistência das famílias e nas suas rendas mensais. O projeto fez a opção de apoiar esta iniciativa "agro-ecológica".

Desta forma, a partir de um impulso da direção regional do MST, uma série de reuniões começou em 2000, envolvendo, principalmente, alguns técnicos da

COPTEC, líderes do MST e, num primeiro momento, uns quarenta pequenos agricultores interessados num processo coletivo de comercialização direta.

**A agro-ecologia, um método alternativo aos sistemas convencionais de cultivos agrícolas**

Esta abordagem visa a autonomia dos agricultores através das práticas mais adequadas ao seu meio ambiente e aos seus recursos financeiros.

A abordagem da agro-ecologia desenvolvida pela equipe do projeto Bagé abrange, ao mesmo tempo, uma dimensão ambientalista, econômica e social.

Dimensão agrônômica: implica em práticas agrícolas cada vez mais autônomas, com menos consumo de insumos externos e não agredindo o meio ambiente. Este método substitui, especialmente:

- os agrotóxicos por técnicas físicas ou biológicas de proteção dos vegetais e dos animais,
- a fertilização química pela utilização de adubos orgânicos (produzidos, no melhor dos casos, nas propriedades), pela implantação de rotações e sucessões de cultivos complexas, pela recuperação e a valorização da biodiversidade local (tanto nativa quanto cultivada) e pela pesquisa de uma reciclagem otimizada dos nutrientes na propriedade por uma integração equilibrada entre agricultura e pecuária (sistemas de policultura pecuária e/ou sistemas agro-silvo-pastorais)

Dimensão econômica: a agro-ecologia visa a autonomia, que seja alimentar, energética ou em insumos para a pesquisa do valor agregado, especialmente, pela transformação local e a comercialização direta dos produtos agrícolas.

Dimensão humana: a agro-ecologia pretende valorizar os saberes locais, favorecendo estruturas e formas de organização e de cooperação entre atores locais controlados pelos pequenos agricultores. Isto aumenta assim a viabilidade econômica e a igualdade social junto às comunidades e torna possível uma relação mais equilibrada com o meio urbano (especialmente em matéria de abastecimento de produtos alimentares em nível local e regional). Ademais, a agro-ecologia constitui uma preocupação permanente de conservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

A partir desse núcleo de discussão, e também de um processo de acompanhamento levado pela equipe do projeto desde 2001, quatro grupos reunindo umas trinta famílias dos assentamentos de Hulha Negra iniciaram um processo de transição ecológica de suas propriedades baseado na diversificação de produções, na introdução da prática de gestão da fertilidade (compostagem, adubos verdes) e o acréscimo de cultivos de subsistência e de alimentação dos animais.

A questão do futuro dos excedentes gerados pelas práticas de diversificação e de melhoria da produtividade foi rapidamente posta. Em 2002, isso desencadeou a implantação de uma feira agro-ecológica por um dos grupos, num bairro popular de Bagé. Em 2003, três pequenas feiras de bairro foram abertas a cada semana. Estas feiras permitiram alimentar entre cento e cinquenta a duzentas famílias urbanas de baixa renda e aumentar a mesma das famílias assentadas em torno de um salário mínimo por mês. Estas feiras são organizadas de maneira coletiva: a totalidade das famílias entrega sua produção a um grupo encarregado de vender a produção na cidade e de pagar os produtores. O transporte também é coletivo: inicialmente

alugado, depois diretamente assumido pelos grupos que compraram um veículo, financiado pelo fundo de crédito rotativo da COOPERAL.

Portanto, o crescimento deste processo de comercialização direta esbarrou em uma série de dificuldades:

- os custos do transporte e as condições das estradas;
- a estagnação do número de famílias integrando este processo, relacionada, ao mesmo tempo, às fortes exigências que impõe o processo de transição ecológica (diversificação, mão-de-obra), a uma certa introspecção dos grupos neles mesmos e, paradoxalmente, a um apoio político fraco por parte dos dirigentes da região...
- uma gestão financeira pouco dominada por causa do alto índice de analfabetismo na região;
- e, sobretudo, a irregularidade da produção apesar do processo de acompanhamento e de planejamento permanentes realizados pela equipe do projeto, ampliada pela repetição de secas (abril 2003 e maio 2004). As variações climáticas são recorrentes nesta região. A opção de apoiar o desenvolvimento de hortaliças, muito dependentes das condições climáticas, estava mais vinculada a uma escolha estratégica e política: tratava-se, exatamente, de contribuir antes de tudo à segurança alimentar e à auto-subsistência das famílias assentadas.

Em dezembro de 2004, este processo de comercialização direta terminou. O encerramento do projeto em junho de 2005 e o fraco envolvimento da equipe técnica COPTEC neste trabalho de base não deixava esperança de uma retomada desta experiência no imediato. Esta experiência, todavia, possibilitou a conclusão de uma boa quantidade de lições e de questionamentos, que poderão alimentar a reflexão dos agricultores, de suas organizações e as equipes técnicas, a questão principal apontando as condições que permitem a viabilização de uma estratégia de cadeia produtiva curta na região.

*Conclusão: uma cadeia produtiva adequada ao contexto dos assentamentos?*

As experiências demonstraram que a distância e as dificuldades de acesso entre a maior parte dos assentamentos e os centros urbanos aumentam muito os custos de produção e são obstáculos para o escoamento de produtos frescos e muito perecíveis como as verduras.

Seria possível, entretanto, repensar esta alternativa deixando aos assentamentos mais próximos a produção de produtos perecíveis, com uma comercialização eventualmente individual, e fortalecendo processos de transformação artesanal (geléias, queijos, embutidos) e de comercialização coletiva nos assentamentos de difícil acesso.

Ademais, no contexto regional onde a viabilidade da reforma agrária ainda é questionável, a comercialização direta, além de uma fonte complementar de renda

para as famílias, sem nenhuma dúvida, é um elemento estratégico de visibilidade da produção dos assentamentos nos bairros periféricos dos centros urbanos. Ainda mais que a produção de subsistência é raramente levada em conta nos cálculos oficiais de produtividade dos assentamentos, sendo que ela representa, até para as famílias que não comercializam, o equivalente de um a dois salários mínimos por mês. Neste sentido, o MST e suas organizações deveriam apoiar, com maior firmeza, o processo diferenciado de comercialização.

### **O apoio às cadeias produtivas da região, entre impacto econômico e acompanhamento técnico de qualidade**

O projeto se dedicou, junto com seus parceiros, a apoiar a reestruturação e, até mesmo, a criação de cadeias comerciais de leite, sementes e hortaliças. Quais conclusões tirar deste apoio?

A viabilidade da coleta de leite realizada pela COOPERAL ainda é frágil, dependente do estado das vias de acesso aos assentamentos e de uma preparação da cooperativa para enfrentar a concorrência de novos atores econômicos. Todavia, a cadeia leite, que se desenvolveu de maneira linear desde seu início em 1995, é aquela que atinge hoje o maior número de famílias. Entre 1994 e 2005, mais de quinhentas famílias puderam estar integradas nas rotas de comercialização do leite.

A cadeia de sementes Bionatur tem um impacto quantitativo ainda fraco para o conjunto das famílias assentadas na região mas tem um papel estratégico determinante para o Movimento dos Sem Terra.

A cadeia de comercialização direta até hoje não chegou ainda a se consolidar, talvez ela não tenha sido o foco de uma análise econômica suficientemente aprofundada. Esta cadeia possibilita, entretanto, tornar mais visível os assentamentos junto às famílias urbanas.

O desafio atual para todos os atores envolvidos no processo de reforma agrária reside na transformação do mesmo em um processo social, econômico e territorial de consolidação de uma agricultura familiar numa região de fronteira agrícola.

## **DESAFIOS E LIMITES DA EXPERIÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA DE BAGÉ**

---

A expansão dos assentamentos de reforma agrária na região sul do Brasil responde a problemáticas essencialmente sociais e políticas. Ligada em grande parte à pressão social organizada a favor da reforma agrária e ampliada pela crise persistente dos setores mais pobres da população do país, ela também é diretamente associada ao fato que as autoridades públicas encontraram nesta região condições objetivas que facilitavam a instalação dos sem terra: o preço da terra, especialmente, dez vezes menor que aquele das regiões agrícolas do Norte.

O processo de reforma agrária possibilitou melhorar as condições de vida dos pequenos agricultores. Todavia, uma certa diferenciação se deu por causa da heterogeneidade do perfil sócio-cultural das famílias, do capital inicial de instalação delas, do acesso a uma estrada viável, a créditos em tempo e valores suficientes, etc. Ademais, o fato que estes pequenos agricultores tiveram que se adaptar a um meio climático, agrícola, social e cultural que lhes era quase estrangeiro, eles tiveram que enfrentar:

- o atraso na realização das infra-estruturas de base (estradas, casas e eletricidade);
- o atraso e a insuficiência de créditos públicos de apoio à produção;
- a ausência de mercados adequados de comercialização dos produtos agrícolas e a dependência estreita dos atores das cadeias de comercialização.

Desta forma, para analisar as condições e limites de êxito de uma operação de reforma agrária tal qual foi desenvolvida na região de Bagé, no ponto de vista da AVSF, é preciso considerar os diferentes atores envolvidos: os poderes públicos, as organizações sociais – o Movimento dos Sem Terra, principalmente, as famílias assentadas e as organizações delas.

### **Poderes públicos sobrecarregados pela pressão e a amplitude da demanda...**

A região de Bagé atualmente é uma das referências para o governo federal e isto se deve a diferentes razões. O pólo dos assentamentos de reforma agrária de Bagé é, de fato, um dos maiores, dos mais articulados e organizados do Brasil. Além do mais, nesta região existem condições objetivas em termos de infra-estruturas físicas (estradas, eletricidade, etc.) e de organização e de capital social para o desenvolvimento (capacidades de negociação, capacidades técnicas e metodológicas de líderes, organização social e econômica regional) que facilitam a instalação de novas famílias. Enfim, a região apresenta resultados bastante bons em comparação com o resto dos assentamentos do Brasil, em termos de desenvolvimento produtivo e econômico, mesmo se ainda não se estende a todas as famílias<sup>17</sup>.

Contudo, os organismos federais responsáveis pela reforma agrária pecaram em diversos aspectos.

#### **• Uma abordagem, antes de tudo, quantitativa...**

Em certas épocas, ter pretendido “atingir números” não possibilitou que os poderes públicos estabelecessem as melhores condições de viabilização das famílias, que passavam pela consolidação de infra-estruturas mínimas: estradas, habitação, água e eletricidade. Na região de Bagé, esta implantação se revelou bem mais dispendiosa que em outras regiões, o que protelou muito o seu processo e

---

<sup>17</sup> Nilo Romeiro, *Alimente suas pastagens*, 1994.

limitou a sua finalização. De fato, esta região dispõe de recursos fundiários de bom preço, mas a amplitude das infra-estruturas a serem implantadas para estabilizar a população implica em investimentos públicos importantes. A continuidade dos programas de assentamento de pequenos agricultores sem terra nesta região deveria fazer parte de políticas públicas audaciosas e dotadas de meios conseqüentes.

- ***...que não pensa em termos de Desenvolvimento e de Território***

Os governos sucessivos praticamente exclusivamente pensaram a reforma agrária em termos de políticas setoriais, ao invés de pensarem-na em termos de desenvolvimento, integrando assuntos como saúde, educação, lazer, renda não agrícola, etc.

Na ausência de política de desenvolvimento integrada entre todos os ministérios ou secretarias referentes, as pequenas prefeituras que “acolheram” as famílias assentadas não conseguiram atender a demanda criada...

Assim, o fato de sempre propor políticas “especiais” aos assentamentos o tornou um grupo tratado de maneira isolada. Na ausência de política de desenvolvimento territorial, não houve estimulação das interações sócio-econômicas com os outros atores do mundo agrícola da região. Somente em 2004, com a reativação da Companhia Agrícola Nacional de Abastecimento (CONAB), que o governo buscou estimular o abastecimento alimentar das instituições locais (escolas, prefeituras, guarnições militares, restaurantes populares, etc.) pelos assentamentos. Esta opção feita pelo governo mostra que a venda da produção das famílias assentadas nos mercados locais é um dos caminhos interessantes para reconhecer o papel econômico e social dos assentamentos na região.

- ***Perspectivas para o futuro***

O governo federal está implantando uma experiência piloto concebida no governo anterior: os Projetos de Consolidação e Aperfeiçoamento dos Assentamentos (PAC). Este programa tem como objetivo ultrapassar o déficit historicamente acumulado em termos de infra-estrutura de base nos assentamentos. O CETAP, aliás, começou a se encarregar, em abril de 2005, do acompanhamento técnico de um PAC para o assentamento de Jaguarão, onde foram assentadas cento e três famílias desde 1997.

Inicialmente, o objetivo do governo era “emancipar” os assentamentos, ou seja; acompanhar as famílias da condição de assentados (público especial tendo uma concessão de uso da terra e beneficiando de políticas diferenciadas de assistência técnica e de créditos subvencionados), a um status de agricultor familiar como os outros, com um título de propriedade. A “emancipação” das famílias assentadas reconhece desta forma, o papel da reforma agrária na produção de bens alimentícios (e, então, da segurança alimentar) e não a restringe ao papel de “amortecedor dos conflitos sociais”.

Esta experiência piloto, desenvolvida num primeiro momento em onze assentamentos do Rio Grande do Sul, se estenderá aos cinquenta e dois assentamentos da região de Bagé a partir de 2006 por um período de três anos.

É fundamental apreciar e reconhecer o papel da reforma agrária na produção alimentar e tornar os pequenos agricultores independentes das políticas específicas relacionadas à reforma agrária. Todavia, a questão que se coloca é quanto a representação sindical: os agricultores, uma vez “emancipados”, teoricamente, não dependeriam mais do MST e não poderiam mais se beneficiar de seu apoio político. Ora, o MST ainda é o único a conseguir intervir nas negociações dos créditos com os poderes públicos.

### **O Movimento dos Sem Terra, um ator político fundamental para a implantação da reforma agrária**

- ***Um papel preponderante para o acesso à terra e à melhoria das condições de vida dos agricultores***

O MST, sem dúvida, teve um papel fundamental na organização inicial das famílias e na luta por políticas de apoio à reforma agrária. A ação do Movimento também permitiu frear o êxodo rural da região, reanimando as atividades econômicas locais. Frente às falhas dos governos ou à sobrecarga das pequenas prefeituras, o MST chegou a apoiar as famílias assentadas em todas as áreas da vida comunitária. Para não citar somente o setor educação, o Movimento chegou atualmente a escolarizar 100% das crianças no ensino fundamental e administra três escolas de ensino técnico no Rio Grande do Sul, onde forma especialmente seus próprios professores. O MST, desta maneira, possibilitou acelerar a melhoria das condições de vida das famílias.

- ***Novos desafios para o movimento***

Visto que o papel cumprido pelo MST na região foi fundamental, é justo reconhecer que ele poderia ter aprofundado a constituição de alianças com os agricultores familiares não assentados (colônias alemãs e menonitas, pequenos criadores bovinos) e suas organizações (FETRAF, Sindicato dos Trabalhadores Rurais). Também é necessário admitir que o projeto poderia, no seu papel de animador, favorecer estas alianças se tivesse sido possível conjugar uma ação local, próxima das bases, e uma abordagem macro. Mas as condições políticas, sem dúvida, não estavam reunidas para alcançar tais alianças. Este desafio permanece, entretanto, mais importante diante dos riscos trazidos pela instalação na região de empresas multinacionais de Agronegócio (monocultura de eucalipto, implantação de indústrias agro-alimentares, etc.)

O MST se encontra hoje diante de muitos desafios – formar líderes camponeses, renovar seus quadros e se aproximar das famílias assentadas, para continuar a manter sua capacidade de mobilização regional e sua influência sobre os poderes públicos e sobre as famílias.

### **As organizações camponesas e as famílias, em direção a uma maior autonomia?**

Após o sucesso da luta pelo acesso à terra levada pelo MST, organizações de acompanhamento, respondendo às necessidades técnicas das famílias dos pequenos agricultores, poderiam ter emergido para valorizar a iniciativa local e o potencial dos agricultores. As famílias assentadas atualmente solicitam um acompanhamento mais técnico e menos político, enquanto, algumas vezes, os líderes do MST privilegiam ainda mais a formação política e os debates sobre o acesso ao crédito, do que os debates sobre a produção.

É difícil, quando se fala de organizações camponesas nos assentamentos, de analisá-las independentemente do MST. De fato, as organizações existentes na região foram praticamente todas criadas pelo Movimento.

Assim, até 2004 só existem duas estruturas cooperativas, a COOPERAL – Bionatur e a COPTIL, para aproximadamente mil e novecentas famílias. A criação pela Bionatur de um centro de formação técnica no fim de 2004 e de uma cooperativa independente da COOPERAL em 2005 é o primeiro avanço para descentralização dos processos de decisão, mas estas organizações ainda permanecem muito ligadas ao MST. A criação de uma outra cooperativa independente de prestação de serviços no fim de 2004 é o sinal de uma renovação do debate entre os líderes históricos e os agricultores familiares.

Ademais, se for verdade que a política da cooperativa regional pôde criar uma certa expectativa, deve-se também reconhecer que as famílias se envolveram muito pouco nas atividades da cooperativa, esperando que a COOPERAL organizasse tudo e resolvesse todos os problemas.

Os desafios atuais repousam assim na constituição de organizações autônomas que desenvolvam projetos que respondam aos problemas técnicos das famílias camponesas, que favoreçam a emergência de novos líderes e que façam parte dos debates com os outros atores regionais.

### **Uma questão transversal a todos os atores: o manejo do acesso a terra nos assentamentos**

Atualmente, a distribuição fundiária junto aos assentamentos mais antigos é uma questão delicada de se abordar e coloca um problema real.

As famílias assentadas em 1979 puderam, na época, graças a um contexto de hiper-inflação, comprar sua terra. É uma questão atual dos assentamentos instalados a partir de 1989 já que o termo de concessão de uso da terra se aproxima do seu fim. Qual posicionamento um projeto de ONG pode adotar sobre este tema eminentemente político? Os desafios sociais e políticos da região conduziram a equipe do projeto a priorizar a abordagem técnica de apoio das famílias assentadas.

- **Uma pequena taxa de renovação**

Até o presente, os abandonos e as reatribuições dos lotes relativamente limitados (10% em média) nos perímetros da região de Bagé se explicam de uma lado pela forte coesão social organizada pelo MST em nível regional<sup>18</sup> e pelo fato de que a maior parte dos perímetros de reforma agrária da região constitui hoje um território quase contínuo. Isto garante às novas famílias um acesso mais fácil às estradas e à eletricidade, um acesso possível aos mercados (em particular pelas rotas de leite) e fortalece as perspectivas de produção pelas possibilidades de intercâmbio, de aprendizagem e de imitação dos vizinhos já viabilizados.

As famílias assentadas em 1989-96 eram principalmente motivadas pelo seu “desejo de terra” e o fato de “refazer a vida delas”. Estas motivações constituíam um fator importante de estabilidade na terra, mesmo nos períodos mais difíceis. Atualmente, em parte por causa das diferentes origens dos assentados (mais urbana), e, de maneira paradoxal, do contexto de maior facilidade referente às condições de instalação e de rapidez dos pagamentos dos créditos, as desistências de parcelas podem crescer<sup>19</sup> se as esperanças produtivas e sócio-econômicas das famílias não se consolidam no mesmo ritmo que a obtenção de terras e de subsídios públicos.

- **Uma legislação a ser evoluída?**

O organismo federal encarregado da implantação da reforma agrária (INCRA) prevê que cada família receba um lote de terra, com direito a uso durante vinte anos, e que um título de propriedade seja atribuído ao final deste prazo. Durante este período, as famílias não podem legalmente nem vender, nem alugar sua terra, visto que ainda é propriedade do Estado.

Isto tem como conseqüência a ausência de debates sobre a implantação de sistemas de gestão da terra pós-assentamento.

Esta falta de diálogo sobre este tema entre os agricultores, o Movimento deles e o governo é atualmente um verdadeiro problema que corre o risco de gerar numerosos conflitos sobre a terra no momento em que o discurso e os programas do INCRA estão orientados para a mudança de estatuto dos assentamentos. Entretanto, não existem hoje espaços de diálogo entre todos os atores envolvidos na reforma agrária<sup>20</sup> que poderia, além da questão da terra, possibilitar uma articulação melhor de todos os programas, projetos e recursos humanos destinados aos perímetros de reforma agrária.

---

<sup>18</sup> Um agricultor pode trocar sua parcela contra uma parcela de outra região. Mas em caso de abandono do lote, o agricultor perde seu direito à terra e o MST reinstala outra família neste lote.

<sup>19</sup> Esta desistência pode atingir 40% em certos assentamentos recentes.

<sup>20</sup> Tal espaço (Fórum da reforma agrária e da agricultura familiar) existiu entre 2000 e 2002, por iniciativa do governo de esquerda do RS, e se extinguiu na mudança de governo.

## CONCLUSÃO: UMA REFORMA AGRÁRIA EM BUSCA DE LEGITIMIDADE FACE A SOCIEDADE REGIONAL

---

### *Do choque sócio-cultural inicial...*

Ao menos que não seja uma política voluntarista de desapropriação das propriedades improdutivas que não preencheriam sua função social, não existem mais muitos espaços na região norte do RS para continuar o assentamento de agricultores sem terra. Assim, os dois únicos espaços disponíveis para a reforma agrária se encontram na região sul, devido ao fato da presença ainda muito grande de latifúndios improdutivos, do preço relativamente baixo da terra<sup>21</sup> e do processo contínuo do êxodo rural devido às poucas possibilidades de diversificar as produções.

A instalação dos perímetros e a implantação progressiva de sistemas produtivos viáveis para os agricultores (do ponto de vista ambiental e econômico) estão na origem de uma grande confrontação política na região de Bagé. O modelo de propriedade da região, de grande tamanho, extensivo e pouco diversificado, simbolizado pelo “fazendeiro” e questionado novamente pela implantação de pequenos agricultores e pelas novas formas e lógicas da prática da agricultura na região.

#### **A reforma agrária e o latifúndio na balança**

Este debate sobre a viabilidade da reforma agrária está sempre na atualidade no Brasil e particularmente na região de Bagé, um dos grandes bolsões de pecuária extensiva.

Contudo, simples cálculos não deixam sombra de dúvida.

Diversos estudos (N. Romeiro, *Alimente suas pastagens*, 1994; H. Sorio Jr, *Pastoreio Voisin, Caminho para a pecuária sustentável*, 2001; E. Damboriarena e P. Sablayrolles, *Diagnostic agrarie de la région de Bagé*, 1992) mostram que a rentabilidade da pecuária extensiva bovina nesta zona atinge uma produção média de 600kg atingidos em três anos, ou seja; 200kg por ano. A lotação sendo de 0,5 cabeça por hectare e por ano, atingiu-se uma produtividade média de 100kg de carne/carcaça por hectare e por ano. O quilo sendo vendido em média a três reais, pode-se obter uma renda média de 300 reais por hectare e por ano. Na melhor das hipóteses, este pode atingir 400 reais por hectare e por ano, com novilhos precoces de raças Bradford ou Hereford, e uma utilização de pastagem com rodízio no verão e de forragens e alimentos suplementares no inverno.

Em uma fazenda de mil hectares, isto representa então uma renda bruta inclusa entre 300.000 e 400.000 reais por ano para a família proprietária, que emprega geralmente entre três e quatro operários agrícolas. Os salários dos empregados representam 50.000 reais por ano, encargos sociais inclusos.

---

<sup>21</sup> É preciso ressaltar que com a política de compra de terra do governo de Olívio Dutra entre 2000 e 2004, observou-se uma grande inflação do preço na região de Bagé, que passou, em média, de 1500 a para mais de 3000 reais por hectare em certas zonas. Entretanto, com a alta do preço da soja, as terras do norte aumentaram também e atingiram níveis de 20000 reais por hectare.

A experiência dos assentamentos mais antigos de Bagé mostra que uma família com dois ativos tendo investido todos os créditos de campanha e de investimento tem uma renda bruta média de 10.000 reais por ano em 25 hectares, renda que se decompõe da seguinte maneira:

- 3.000 reais correspondente às produções de alimentação (frutas e legumes, produtos leiteiros, carne) para subsistência (250 reais por mês);
- 6.000 reais de leite (1000 litros/mês remunerado em 0,5 reais/litro);
- 1.000 reais de outras produções (mel, sementes de legumes ou de pasto, tomates ou cebolas industriais).

Ou seja, uma renda bruta média de 400 reais por hectare e por ano, seja 416 reais por ativo e por mês, o que representa 1,3 salário mínimo brasileiro.

Nota-se, então, que a reforma agrária na região de Bagé permite em mil hectares redistribuir a terra a quarenta famílias, que produzem uma renda bruta de 400.000 reais por ano. A fazenda mais produtiva gera, quanto a ela, na mesma área, uma renda bruta no melhor dos casos equivalente, fazendo viver apenas cinco famílias, entre elas quatro têm somente um renda equivalente ao de uma família assentada, a família proprietária se reserva a maior parte da renda bruta.

Assim, a chegada de novas famílias, simultânea a políticas públicas intervencionistas, além de provocar um choque político e cultural na sociedade regional, acelerou a mudança do estatuto fundiário das comunidades e pôs em evidência a falta histórica de infra-estruturas de base na zona rural. Esta operação de reforma agrária influencia a economia local e regional. O conjunto de novos elementos referentes aos setores da sociedade local (social, cultural, político, organizacional, econômico...) provoca um forte questionamento do modelo de desenvolvimento regional.

O projeto, desta forma, se dedicou a apoiar e a viabilizar os perímetros de reforma agrária da região de Bagé apoiando os agricultores na busca de alternativas produtivas duráveis.

*... a uma legitimidade questionada*

O processo de reforma agrária, que sofreu desde o seu início uma forte resistência, principalmente política, da parte da sociedade local, sofre hoje um “déficit de imagem”. O assentamento de aproximadamente mil e novecentas famílias dinamizou muito a economia local (comércio de bens e de serviços, comércio de insumos, bancos, etc.). O restante da população teve, entretanto, muito pouca visibilidade “positiva” sobre a contribuição dos assentamentos ao fornecimento de bens alimentares para a região ou da influência deles sobre os investimentos públicos em infra-estruturas de base.

A produção dos assentamentos (em média por ano: aproximadamente quatro milhões de litros de leite, vinte toneladas de sementes de legumes, cento e cinquenta toneladas de mel, cem toneladas de tomates e de cebolas para a indústria local, etc.) ainda que escoada para no mercado local, é desconhecida do consumidor urbano médio. As famílias assentadas e suas organizações não

divulgam suficientemente a produtividade dos assentamentos. Uma política ambiciosa de comunicação e de informação junto à opinião pública e de lobbying junto aos que decidem politicamente permitiria valorizar a longa experiência das famílias assentadas, os seus resultados e colocar em evidência a rentabilidade econômica e social dos assentamentos.

Por falta de informação, uma parte da sociedade civil encontra hoje um terreno fértil para questionar a viabilidade da reforma agrária, e defender um modelo de desenvolvimento local mais baseado na implantação de grandes monoculturas para exportação que no desenvolvimento da agricultura familiar. Assim, no momento atual, as únicas indústrias apresentadas na região são as usinas de beneficiamento de arroz e os abatedouros, relacionados ao modelo ainda dominante de pecuária extensiva.

Uma agricultura empresarial de grande escala está, ademais, se desenvolvendo na região: ela se traduz pela implantação de grupos cimenteiros ou de agro-industriais de culturas florestais<sup>22</sup> ou de vinícolas varietais<sup>23</sup> em grandes extensões. A plantação de soja começa também a se ampliar, e o tabaco no modelo integrado, que explodiu nas pequenas comunidades vizinhas, começa a penetrar na zona. A região de Bagé, como as do resto do Brasil, se tornam assim um tipo de fronteira agrícola para o “Agro-negócio”: muitos atores políticos pensam que o desenvolvimento da região se dará através deste modelo de agricultura que tende a se desenvolver. Ora, a criação e a consolidação de novas cadeias (mel, fruticultura, viticultura), ainda muito pouco apoiada por uma política voluntarista dos poderes públicos, permitiriam, favorecendo a implantação de pequenas empresas de transformação de produtos agro-alimentares, transformar localmente a produção dos agricultores familiares da região, e de criar muitos empregos.

A agricultura familiar da Campanha, que o projeto contribuiu consolidar, é um modelo de estabelecimento rural que tem um papel maior em termos econômico, social e ambiental. Geradora de empregos, garante a segurança alimentar e respeitosa do meio ambiente, a agricultura familiar é uma alternativa viável ao Agro-negócio para a economia da região.

---

<sup>22</sup> Política de compensação ambiental da indústria de cimento Votorantim (plantação de eucaliptos) e cultura de acácia pela indústria japonesa Tanak.

<sup>23</sup> Pelas empresas Miolo e Salton originárias da Serra Gaúcha e já implantadas no vale do Rio São Francisco, outra zona de produção de uvas em expansão nos perímetros irrigados.

## **Glossário**

*Assentado* : Agricultor reinstalado que vive e trabalha em um *assentamento*

*Assentamento* : Conjunto de parcelas de terra nas quais famílias de pequenos agricultores foram instaladas ou regularizadas, mais frequentemente no lugar de uma grande área desapropriada

AVSF : Agrônomos e Veterinários Sem Fronteiras

BID : Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAMAL : Cooperativa Agrícola criada nos anos sessenta pelos primeiros agricultores familiares; coleta de leite

CETAP : Centro de Tecnologias Alternativas Populares

COOPERAL : Cooperativa Regional dos *Assentados Ltda*, criada em 1992 pelo MST e os pequenos agricultores assentados; cooperativa de serviços (comercialização, abastecimento)

COPTEC : Cooperativa de Técnicos, criada em 1999 pelo MST para fornecer uma assistência técnica aos *assentados*

EMATER : Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural; organismo público de difusão agrícola

INCRA : Instituto Nacional da Colonização e da Reforma Agrária; encarregado da implantação dos assentamentos

MST : Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra

RS : Rio Grande do Sul

*Sesmarias* : Doações de propriedade pelos donos das capitânicas (título de posse emitido pela coroa portuguesa)

## Bibliografia

BRACAGIOLI A. e MERLET Michel., *Avaliação do projeto Bagé* (relatório de avaliação), junho 2005

CLAVIER Pierre, CAPELESSO E. e BENITES E., *Agroecologia no Pampa*, manual técnico, junho 2005

DAMBORARIENA Estefania e SABLAYROLLES Philippe, *Diagnóstico dos sistemas agrários da região de Bagé*, 1992.

JAEKEL E OLIVEIRA LTDA, *Projeto Madrugada e Fundos*, Incra, 1996.

ROMEIRO Nilo, *Alimente suas pastagens*, ed. Agropecuária, 1994, 106 p.

SORIO Humberto Jr, *Pastoreio Voisin, Caminho para a pecuária sustentável*, Instituto Elo – Botucatu – SP, 2001

BARAT XAVIER ET FOSCHIERA LAURO *Projeto de Apoio à viabilização das unidades de produção familiares e dos assentamentos de reforma agrária da região de Bagé – Período de 1991 até 1999*, Contribuição no seminário sobre a Agricultura familiar, GRET / MDA, junho 2002

Para saber mais, vocês podem consultar no espaço vídeo do site Internet de Agrônomos e Veterinários Sem Fronteiras ([www.avsf.org](http://www.avsf.org)) o filme “Bagé, para uma verdadeira reforma agrária” realizado por José Huerta e produzido pela Vagalume Produções para Agrônomos e Veterinários sem fronteiras (copyright VSF – CICDA), janeiro 2006.

- 
- Traverses nº 11** *El desarrollo local entre descentralización y privatización. Reflexiones a partir de cinco experiencias (Africa Occidental, Bolivia). Grupo Iniciativas [Síntesis efectuada por Diana Intartaglia y Annette Corrèze] (Enero de 2002). > disponible en francés, inglés y español*
- Traverses nº 12** *Conquistar y consolidar el mercado del café de calidad, entre dinámicas comunitarias y presiones del mercado internacional. Avances y desafíos de las cooperativas cafetaleras bolivianas. Christophe Chauveau, CICDA (Diciembre 2002). > disponible en francés, inglés y español*
- Traverses nº 13** *Ciclo de proyectos, marco lógico y eficacia de intervenciones de desarrollo. Por un diálogo con las agencias financiadoras en tomo a la eficacia de la ayuda. Christian Castellanet, GRET (Octubre 2003). > disponible en francés, inglés y español*
- Traverses nº 14** *Fortalecimiento de la sociedad civil y política de alianzas y relaciones de contraparte. Texto de referencia VSF-CICDA. Texto colectivo bajo la coordinación de Carlos Cubillos y Frédéric Apollin, VSF-CICDA (Junio de 2004). > disponible en francés, inglés y español*
- Traverses nº 15** *Capitalización de experiencias... experiencia de capitalizaciones. ¿Cómo pasar de la voluntad a la acción? Philippe Villeval [Handicap International] y Philippe Lavigne Delville [GRET] (Octubre 2004). > disponible en francés, inglés y español*
- Traverses nº 17** *Reforma agrária e agricultura familiar : além do o acesso à terra, um acompanhamento necessário. Experiências e aprendizagens do projeto Bagé (Brasil), Pierre Clavier [Agrônomos e Veterinários Sem Fronteiras] y Philippe Lavigne Delville [GRET] (Março 2006). > disponible en francés y portugués*

► Como implantar serviços sustentáveis às populações ? Como construir e perpetuar dispositivos de apoio que saibam responder às necessidades ? Como apoiar sem abafar organizações locais e operadores técnicos ? Quais métodos e quais conhecimentos para que o ideal de um desenvolvimento que põe as populações no centro da intervenção não seja apenas um ilusório discurso ?

Muito tempo negligenciadas por causa da polarização sobre realizações concretas, hoje as dimensões institucionais do desenvolvimento se revelam um desafio maior. Longe da imagem idílica de um desenvolvimento consensual, as operações de desenvolvimento suscitam dinâmicas de atores complexos que é preciso ser capaz de compreender e de considerar. Além do discurso e dos princípios, é preciso saber discutir os bastidores da intervenção. A série *Traverses* quer contribuir no debate estratégico e metodológico sobre estas questões, com uma abordagem transversal nos diferentes campos de intervenção. Ela acolhe documentos de trabalho, frutos de pura literatura ou de sistematização de experiência, que oferecem um interesse particular em termos de análise e/ou de método a partir de experiências de campo.

► A série *Traverses* é editada pelo Grupo Iniciatives, que reúne sete organizações francesas de cooperação internacional, partilhando um desejo comum por um desenvolvimento a serviço dos atores locais, numa lógica de busca-ação e de reforço institucional. Os textos são escolhidos e validados por uma comissão editorial, composta por representantes dos organismos membros do Grupo Iniciatives : Myriam Mackiewicz-Houngue (AVSF), Olivier Thomé (CIEDEL), Jean Philippe DELGRANGE (ESSOR), Olivier Le Masson (GRDR), Marion GEORGES (HSF), Anne Sophie Saywell (Groupe initiatives) e animado por Philippe Lavigne Delville (GRET) e François Doligez (IRAM).

► Os exemplares de *Traverses* podem ser gratuitamente carregados no site do Grupo Iniciatives ([www.groupe-initiatives.org](http://www.groupe-initiatives.org)). Alguns são acessíveis via site de Agrônomos e Veterinários sem Fronteiras ([www.avsf.org](http://www.avsf.org)) ou do GRET ([www.gret.org](http://www.gret.org)).



Agrônomos e Veterinários Sem Fronteiras (VSF-CICDA)

> Avenida de la Belle Gabrielle N° 45 bis  
F-94736 Nogent-sur-Marne Cedex  
Tel. 33 (0)1 43 94 72 01  
Fax 33 (0)1 43 94 72 17  
[avsf@avsf.org](mailto:avsf@avsf.org)

> Rua Raulin N° 58  
F-69361 Lyon Cedex 07  
Tel. 33 (0)4 78 69 79 59  
Fax 33 (0)4 78 69 79 56  
[avsf@avsf.org](mailto:avsf@avsf.org)



Grupo *initiatives*  
Avenida de la Belle Gabrielle N° 45 bis  
F-94736 Nogent-sur-Marne Cedex  
Tel. 33 (0)1 43 94 73 27  
Fax 33 (0)1 43 94 72 17  
[gr-initiatives@groupe-initiatives.org](mailto:gr-initiatives@groupe-initiatives.org)